

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

*A relação entre a política de albergagem e as pessoas em situação de rua:
conflitos e diálogos no contexto de Cachoeirinha-RS*

RODRIGO PANIZ VITÓRIO

Porto Alegre, dezembro de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

*A relação entre a política de albergagem e as pessoas em situação de rua:
conflitos e diálogos no contexto de Cachoeirinha-RS*

RODRIGO PANIZ VITÓRIO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

Orientação: Prof^a Dr^a PATRICE SCHUCH

Banca Examinadora:

Prof^o Dr. IVALDO GEHLEN (Depto. De Sociologia – UFRGS)

Ms. REJANE MARGARETE SCHEROLT PIZZATO (Assistente Social FASC – PORTO ALEGRE)

Porto Alegre, dezembro de 2012.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o cotidiano de um albergue para pessoas em situação de rua sob a ótica da teoria da prática (Ortner, 2007), a qual se refere a um enfoque analítico que possa auxiliar na identificação da agência e resistência dos indivíduos frente à regulação exercida pelas “tecnologias positivas de poder” (Foucault, 2001), buscando dar legitimidade às vivências e demandas dos albergados. O conceito de pessoa em situação de rua exemplifica com mais clareza a tomada de consciência que visa restituir o sentido das práticas aos sujeitos, ao invés da expressão “morador de rua”, a qual está focada na *ausência de* atributos, infringindo impotência aos sujeitos. O argumento central aqui é de que a busca pela ressocialização (entendida como uma categoria subjetiva, pois não há uma “banca” examinadora de disposições individuais) tende a ser unilateral, tornando a proposta de reintegração discutível, uma vez que os destinatários do atendimento em albergues públicos não têm voz ativa sobre suas demandas. Nosso objetivo é mostrar que os motivos para os conflitos e as distorções no atendimento residem certas vezes em encarar todos como excluídos e tratá-los de maneira homogênea e em alguns casos discriminatória, sem respeitar o ritmo e a história de cada um ou sequer propor novas formas de acolhimento. A fim de alcançar o ideal proposto serão investigados os conflitos entre uma instituição de albergagem situada no município de Cachoeirinha – RS e seu público-alvo, o qual luta pelo reconhecimento e instrumentalização de sua cidadania, bem como pela garantia de seus direitos.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua, albergagem, agencia, tecnologias positivas de poder.

ABSTRACT

This paper intends to analyze a homeless shelter routine in terms of the practice theory, which refers to a theoretical approach to social phenomena that can help to identify the actors agency and resistance against the “technologies of power” (Foucault, 2001), intending to legitimate the experiences and demands of the actors appropriating the public space. The concept of homeless person seems inappropriate to deal with these people who are *in* the streets, which cannot be defined only by lacking a home, lacking income or by an assigned lessness. To reach our aim will be investigated the conflicts between a public institution of hostelling located in the city of Cachoeirinha - Rio Grande do Sul and their users, who fight for their basic rights and for the recognition of their citizenship. The main argument is that the search for resocialization (understood as a subjective status) seems to be one-sided, since the most benefited ones are not listened about their demands, what turns the social reintegration purpose questionable. Here the aim is show that the cause for the conflicts and treatment distortions reside in facing everyone as excluded ones and dealing with them in a prejudicial and homogeneous way, not attempting to each ones rhythm and history. Finally, a south Brazilian public hostel routine will be investigated so that we can observe these conflicts and propose new manners of realizing the issue.

Keywords: homeless people, shelter policy, agency, technologies of power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – Questões metodológicas e éticas: o que pensamos que fazemos?..	10
1.1 <i>Premissas epistemológicas.....</i>	<i>10</i>
1.2 <i>Inserção no campo.....</i>	<i>12</i>
1.3 <i>Uma observação participante dos “perigosos” de Foucault e as peculiaridades do albergue municipal de Cachoeirinha.....</i>	<i>13</i>
1.4 <i>O laudo de sanidade psíquica.....</i>	<i>16</i>
CAPÍTULO II – A política de albergagem no contexto de Cachoeirinha – RS...18	
2.1 <i>A conjuntura antecessora à albergagem.....</i>	<i>18</i>
2.2 <i>Novos paradigmas na gestão pública.....</i>	<i>20</i>
2.3 <i>As políticas de proteção.....</i>	<i>22</i>
2.4 <i>Principais características dos usuários e do equipamento.....</i>	<i>24</i>
2.5 <i>Sobre atendimento.....</i>	<i>29</i>
CAPÍTULO III – A construção social da categoria pessoa em situação de rua...35	
3.1 <i>Desenvolvimentos teóricos do conceito.....</i>	<i>35</i>
3.2 <i>Estigma e Corporalidade.....</i>	<i>38</i>
3.3 <i>“Corpos que erram?”</i>	<i>43</i>
CAPÍTULO IV – Agência versus estigma: uma visão das pessoas em situação de rua e suas trajetórias.....45	
4.1 <i>Agências possíveis para além da exclusão.....</i>	<i>45</i>
4.2 <i>O “Paulista”</i>	<i>46</i>
4.3 <i>Sarate.....</i>	<i>49</i>
4.4 <i>Os conflitos entre estrutura e anti-estrutura: “normas para os anormais!”</i>	<i>55</i>
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXOS.....	67

INTRODUÇÃO

A existência de pessoas em situação de rua não é um fenômeno recente, e a cada nova tentativa de se olhar para o problema tornam-se recorrentes análises economicistas que reduzem as possibilidades de interpretação da questão, ainda que novos estudos focados nas peculiaridades do devir “estar na rua” estejam oxigenando as mentes de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. É o que este trabalho está focado em desempenhar: abrir nossos olhos para a complexidade das formas de apropriação simbólica e material da rua e questionar o modo como são tratadas pessoas que não têm reconhecidos seus direitos sociais e individuais. Este reconhecimento só não é ainda mais precário devido à capacidade de mobilização dos atores em movimento na rua que contestam o que é propiciado pelo Estado através de suas políticas higienistas e instituições que atendem aos chamados “desamparados”, como prisões, manicômios e abrigos. Tais instituições podem ser encaradas como “tecnologias positivas de poder” (Foucault, 1975), novos modos de gestão de grupos desviantes, uma vez que procedem à inclusão dos “desassistidos” em suas órbitas regulatórias, contrariamente ao que era desempenhado em relação a grupos como leprosos, os quais eram excluídos do convívio social sendo mandados para zonas rurais afastadas dos centros urbanos. A nova inclusão pressupõe o monitoramento constante e a pressão para assunção de determinadas obrigações características da ordem capitalista.

No Brasil, o desenvolvimento das cidades e a influência de ideologias higienistas e sanitaristas no início do século XX envolveram segregação e expulsão das populações de baixa renda dos centros urbanos para áreas periféricas e desvalorizadas. No Rio de Janeiro, por exemplo, houve a destruição de cortiços da área central para construção de rodovias no início do século XX. Ademais, a autoritária política de higienização da cidade encabeçada por Oswaldo Cruz provocou revoltas como a da Vacina que questionavam o novo modo de se gerir a vida pública instaurado com a República positivista. Tais questões estão inscritas no *boom* da revolução macroeconômica e conseqüente transformação do espaço outrora indiferenciado entre público e privado para sua adaptação à lógica da produtividade e ocupação racional de pontos estratégicos. Uma centena de anos mais tarde, cerca de onze milhões e quatrocentos mil indivíduos (Censo IBGE 2010) vivem em habitações irregulares ou em casas improvisadas, muitos casos dos quais poderiam ser resolvidos com mais planejamento das ações estatais e mais horizontalidade na rede de proteção social básica.

Neste quadro de exclusão temos a situação de quem já perdeu sua moradia e encontra-se em situação de rua. Mas para se tentar evitar o desencadeamento do processo de rualização (ou seja, as etapas que acompanham a ida e permanência às ruas) (Machado, 2012), enquanto processo causado por adversidades estruturais e não apenas pela resultante de escolhas individuais equivocadas, a articulação entre setores executores de políticas de proteção social básica (os CRAS – Centros de Referência em Assistência Social) e especial (Centros de Referência à população adulta em situação de rua e Albergues) é fundamental para que uma maior compreensão do fenômeno chegue a todos os nós da rede estatal. A partir da intercomunicação entre os departamentos atuantes nas áreas de risco e os que atendem diretamente a população sem domicílio fixo, poderiam ser estabelecidas alternativas de tratamento que favorecessem a autonomia e o respeito aos direitos humanos, ao contrário do que vemos empregado hoje em alguns destes equipamentos.

De maneira geral, este trabalho dialoga com obras que adentram tanto o estudo da marginalização de determinados grupos sociais, quanto com aquelas tratam da exclusão social e do cotidiano de pessoas em situação de rua entendidas como protagonistas de suas histórias, de acordo com a definição do Movimento Nacional da População de Rua. Estão nesse liame: Erving Goffman *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1969) e *Manicômios, prisões e conventos* (1961), as quais abordam a perspectiva do indivíduo frente a instituições sociais totais e o manejo da subjetividade em relações sociais dinâmicas; os trabalhos de João Biehl (2009) e Sherry Ortner (2006) que trazem inovações para a teoria da agência e do desejo; e trabalhos que tratam especificamente da situação de rua, dentre os quais cito o de Simone Frangella (2009) que aborda a corporalidade de moradores de rua em São Paulo; Sarah Escorel (1999) sobre as trajetórias de exclusão social e seus teimosos sobreviventes no Rio de Janeiro; Cláudia Turra Magni (2006) que observa os usos e apropriações do espaço urbano por pessoas em situação de rua em Porto Alegre, com destaque para o caráter nômade de tais populações; bem como os estudos realizados em conjunto por diversos analistas como os que resultaram nos livros *Diversidade e Proteção Social: estudos quali-quantitativos* (em coordenação com a FASC-RS e o Laboratório de Observação Social da UFRGS) e *No meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores*, organizado por Marcel Bursztyrn (2003), os quais apontam uma série de novas linhas de pensamento para se enxergar minorias comumente vistas em situação de vulnerabilidade social.

O objeto de investigação deste trabalho está centrado no mundo social de pessoas adultas em situação de rua institucionalizadas, na medida em que este mundo é subjetivamente vivido por tais pessoas de maneira complexa, e que tem por base territorial não só as ruas, e além de outros, os albergues, locais com regras específicas, que impõem normas de comportamento e tendem a reforçar o estigma do morador de (ou situado na) rua dentro das suas diferentes subjetividades. A capacidade de agencia das pessoas estigmatizadas nas diferentes ações e situações cotidianas, sejam elas intencionais ou não, será o objeto central para a interpretação da mudança de perfil que vem atingindo atores outrora vistos como marginalizados.

Ancorado em uma pesquisa etnográfica realizada entre abril e novembro de 2012, e que consistiu na investigação das histórias de vida e narrativas das pessoas atendidas em um albergue municipal destinado a pessoas em situação de rua em Cachoeirinha, este estudo procura contribuir para desmistificar a construção da noção de “morador de rua”, desterritorializando estes atores para que novas perspectivas sobre o tema sejam possíveis (Schuch, 2008). Tais narrativas e histórias de vida foram coletadas por meio de entrevistas e depoimentos e da pesquisa das práticas de atendimento e seus registros burocráticos. Ao apreender o contexto que os cerca como reprodutor de um discurso apassivador, nosso dever é abrir pontos de comunicação com as pessoas, evitando enxergá-las como vítimas de um sistema imutável e onipresente, mas como partes de um todo relacional, que a partir de suas práticas e intervenções constrói modelos de indivíduos a serem seguidos que vão de encontro às expectativas dos maiores interessados no assunto: aqueles a quem o exílio econômico sequestrou da vida privada para as vias públicas (citando César, meu informante e principal motor de uma revolução na auto-percepção dos entrevistados). A análise da gestão de pessoas implícita na política de albergagem municipal pode indicar um caminho sobre o processo de subjetivação daqueles que vivenciam a rua e que constroem suas identidades a partir dela enquanto sujeitos ativos, protagonistas de suas histórias.

No primeiro capítulo buscamos explicitar as questões metodológicas e éticas implicadas no trabalho com grupos sociais minoritários, especialmente, as pessoas acolhidas por albergues.

No capítulo segundo, explicitamos a estrutura político-administrativa que está por trás do albergue municipal, o histórico dos atendimentos, as características dos atendidos e a definição das políticas de proteção social básica e especial.

No capítulo três, procuramos desenvolver a noção de morador de rua, analisando suas nuances e construindo uma genealogia do conceito, que tem sido criticado por

novas correntes na antropologia. Aqui nos interessam os conceitos de estigma e corporalidade, que historicamente têm trazido sua contribuição para os estudos na antropologia do desvio e merecem destaque, além do negligenciado caráter nômade dos indivíduos considerados errantes.

Durante o quarto capítulo, ao descrever experiências de conflito entre uma instituição de albergagem pública e seus usuários, almejamos através de relatos que integram a trajetória de vida de alguns atores e sua recente luta por direitos e dignidade no atendimento, compreender os dispositivos institucionais que tentam regular a população de rua tida como um problema de segurança pública. Para tanto, utilizaremos insights da teoria da prática, e, principalmente, desenvolvendo a noção de agencia formulada por Sherry Ortner, a qual apreende os sujeitos enquanto capazes de transformar as estruturas sociais contando com suas disposições duráveis internalizadas, mas ao mesmo tempo, reconhecendo o poder que as regras do jogo exercem na limitação de suas capacidades.

CAPÍTULO I – Questões metodológicas e éticas: o que pensamos que fazemos?

1.1 Premissas epistemológicas

O que me motivou a levar adiante uma etnografia com as pessoas em situação de não pode ser descrito taxativamente em palavras, mas é aquilo que todo pesquisador sente, aquela dúvida, a busca pela compreensão do que foge a qualquer senso comum, o que leva senhores e senhoras a saírem de seus confortáveis gabinetes encravados em meio à urbanização e passarem anos a fio do outro lado do planeta numa pequena ilha tropical com seres completamente diferentes física e psicologicamente, experimentando constantemente sentimentos de solidão e angústia, sem saber exatamente o que olhar, o que perguntar, como agir. Enfim, o pré-requisito básico para se aventurar na antropologia: inquietação. Tácita ou expressa, a inquietação vive em cada antropólogo clamando para que lhe dê ouvidos, para que vá além e não olhe para trás, que não se contente com o óbvio, que busque justiça e respeito para seus informantes acima de tudo, celebrando as diversidades e os diversos modos de ser e estar, pensar e falar.

O presente trabalho aposta numa perspectiva epistemológica reivindicatória, o que significa dizer que não será adotada aqui qualquer teoria que tenha sua matriz fundada na ideia de supremacia da sociedade sobre o indivíduo (herança do positivismo), ou que, pelo contrário, adote como pressuposto a noção de total autonomia do indivíduo frente às estruturas sociais, num modelo onde o tecido social esteja a mando exclusivo da volição dos agentes (o que um construtivismo exacerbado poderia supor). O que será tentado aqui é expor uma análise sócio-antropológica de um fenômeno social sem se valer da dicotomia natureza versus cultura, na qual se busca a separação do homem e do meio, a fim de evitarmos qualquer essencialismo, reduzindo a questão à busca pela correção de falhas psicossomáticas que os sujeitos apresentem. A antropologia forense deu mostras de que a utilização dessa dicotomia nos trabalhos acadêmicos servia a interesses específicos, especialmente àqueles a quem interessava atribuir comportamentos desviantes aos genes ou à estrutura craniana de cada indivíduo, desconsiderando condicionantes educacionais e sociais, logo tendo por meta rejeitar qualquer tipo de medida compensatória ou ação afirmativa. É arriscado, porém mais encorajador saber que implodindo velhos cânones científicos de uma era positivista possamos explodir preconceitos enraizados e atualizados em nossas práticas dentro e fora da academia. Saibamos que é necessário que o pesquisador seja posto em

movimento pelos seus pesquisados, que estes contribuam ativamente para os exercícios de pesquisa, conectando forças minoritárias dentro de si na busca por maior autonomia e qualidade de vida.

As alegações de conhecimento reivindicatórias ou participativas surgiram durante os anos 80 e 90 do século XX como alternativas a esquemas de pensamento rígidos que conferiam pouca importância a agentes marginalizados, e não se detinham a investigar a estrutura das revoluções sociais sem julgá-las a priori como exceções, ou frutos do acaso, relegando estas e outras questões como a justiça social para um segundo plano (Creswell, 2007). A crítica ao construtivismo era a de que este modelo não previa um programa de ação que atuasse junto aos interesses das classes mais baixas, defendendo seus direitos e sendo seu canal de representação. Com isso, as diretrizes de uma pesquisa reivindicatória devem incluir uma agenda para mudança não só na vida dos sujeitos da pesquisa, mas também nas instituições onde estes trabalham e/ou vivem e na vida dos próprios pesquisadores. Dentro dessa perspectiva é adequado trabalhar com a noção de colaboradores ao invés de meros pesquisados, a fim de incluir na formulação das questões de campo as demandas dos atores envolvidos, evitando segregar ainda mais tais grupos. De acordo com Kemmis e Wilkinson (1998) as práticas de uma pesquisa desse tipo devem concentrar-se em ajudar os indivíduos a buscarem autonomia, livrando-se de constrangimentos situados na mídia, na linguagem, nas relações de trabalho e no trato com as instituições públicas. Ela reveste-se de um caráter emancipatório e colaborativo à medida que estimula a discussão sobre políticas mais favoráveis à autodeterminação e independência de estruturas sociais injustas e opressoras, e se realiza *com* as pessoas e não *sobre* elas. A pesquisa colaborativa ideal seria aquela em que estivesse presente a co-teorização, definida por Rappaport (2007, p.197) como a criação de novas construções teóricas dentro de um espaço crítico vivenciado por pesquisadores e interlocutores, espaço este que consistiria na própria etnografia. Presente no próprio título do trabalho, a palavra diálogo é recorrente ao longo do texto e ajuda a construí-lo sob o paradigma da polifonia, redefinidor do conceito de antropologia tido como literatura de um outrem fixo e imutável. Vale lembrar que a co-teorização traz o benefício de questionar os modos como uma vasta literatura percebe os grupos em questão, no caso das pessoas em situação de rua, um grupo marcado pela exclusão e vulnerabilidade, sentido oposto ao apreendido em campo.

1.2. Inserção no campo

A inserção no campo começou a ser construída com a possibilidade de trabalho em uma instituição vinculada a Secretaria de Cidadania e Assistência Social do município de Cachoeirinha, e que se efetivou com a nomeação para o cargo de Monitor do Albergue Municipal, em março de 2010, após aprovação em concurso público. Ao longo dos anos de 2010 e 2011, uma série de eventos que se mostraram regulares no cotidiano ajudou a maturar a ideia de que se poderia realizar uma pesquisa acadêmica com o grupo em questão. Tais eventos serão considerados como experiências colaborativas ao trabalho, e se somam às observações de campo, entrevistas e análise de dados sobre o atendimento realizado nos dois semestres do ano de 2012, os quais constituem a base desta monografia. Dentre estas regularidades observadas, o que mais chamou a atenção foi a ausência de uma política de intervenção social formulada conjuntamente com estes cidadãos, calcada no diálogo aberto, polifônico. Consolidar uma política de tamanha relevância não é o intuito do presente trabalho, mas sim lançar a semente para um projeto futuro que envolva uma nova percepção sobre um atendimento que se faça mais plural e digno. Todo bom projeto começa com o delineamento do público-alvo e do fenômeno social a sofrer intervenção, (o que será exposto a partir da divulgação das necessidades e pontos de vista de meus colaboradores) e precisa de bons indicadores quali-quantitativos para ser eficaz. Por conseguinte, é preciso não incorrer em erros típicos à sociologia espontânea ou de uma análise mimética (cf. Bourdieu, 1999), que apenas transpõe fatos ao texto, sem o devido tratamento teórico e controle epistemológico. Como diria Gaston Bachelard (1996), basta descrever a realidade para ficarmos encantados, pois parece que a entendemos.

Como cheguei aos dados? Quais foram os riscos da pesquisa? Trabalhar num local e fazer campo? Os riscos que identifiquei desde o momento em que resolvi coletar os dados e questionar a realidade do albergue não foram poucos: ou assumia uma posição simpática aos albergados e facilitava meu acesso a eles, ou cumpria as regras do espaço com exatidão. Dessa forma, provocaria desconfiança e tensão entre meus futuros informantes, mas não arrumaria problemas com os demais colegas e coordenação. Não foi simples, por estar em estágio probatório, criar uma relação de cumplicidade com os atores do trabalho, uma vez que isso gerava atritos com os colegas que não concordavam com tal postura e frequentemente queixavam-se ao meu superior hierárquico. No entanto, estava claro que as pessoas não estavam naquela situação por serem inferiores a qualquer ser humano e por isso mereciam um tratamento digno e

diferente do que recebiam em demais locais públicos e privados, o que incluía conversar sobre suas rotinas e compartilhar vivências. Não seria possível dar continuidade ao processo de pesquisa caso levasse muito a sério as advertências e represálias, que traziam consigo traços da cultura dominante e excludente. Naquele espaço seria necessário construir um “encontro transformador”, enquanto:

“interação entre seres humanos que possibilita uma transformação nos envolvidos, despertando suas potencialidades e retomando o sentido de suas vidas”. (Alvarenga, Alvarez e Della Rina, 2009:259)

1.3. Uma observação participante dos “perigosos” de Foucault aplicada ao albergue de Cachoeirinha

As dificuldades encontradas quando se está etnografando situações não-familiares são evidentes: temos a linguagem que difere da nossa, os códigos de comportamento, os valores, as interações entre sujeitos que assumem contornos não esperados e tudo isso de alguma maneira facilita ao pesquisador sua abstração. Porém, ao se propor a observação participante (Lofland e Lofland, 1984: 12) temos que ter em mente alguns preceitos básicos para fazer uso apropriado dessa técnica. Primeiro, a negociação de entrada na área a ser estudada, como será feita a apresentação aos informantes, cientificar as pessoas dos propósitos do estudo em questão, bem como a noção de que é uma atividade que não se resume a um ou dois encontros e poderá ser estendida por meses e até anos (Foote Whyte, 2005:320). Segundo, a relação que se estabelecerá a seguir, por mais controlada e confiável que pareça, deve suscitar no pesquisador a dúvida, a inquietação, porquanto nunca se tem o total controle da situação como esperado. Uma terceira coisa a ser pensada é que não se é igual aos demais por compartilhar de alguns momentos com eles, mesmo que as pessoas estejam bastante descontraídas e demonstrem intimidade, a posição de “estrangeiro” ao grupo cedo ou tarde irá manifestar-se. Essa última afirmativa leva à constatação de que o antropólogo também está sendo observado e tem um papel a cumprir a fim de não frustrar as expectativas do grupo e prejudicar seu trabalho. Logo, é vital conhecer alguém do grupo que irá servir de intermediário e informante, passando a seguir a colaborar ativamente com a pesquisa, suscitando questões e propondo mudanças de análise. Além disso, a observação participante destoa de questionários estruturados e fechados (que podem ser úteis em outras abordagens do problema), pois tais métodos quando aplicados inadvertidamente podem implicar uma pressão constrangedora por respostas que virá a

deformar seu conteúdo e gerar desconfiança. Saber ouvir é fundamental. Afinal, uma observação bem conduzida repousa em obter boas respostas com o mínimo de perguntas. Por último, espera-se um resultado daquilo tudo, o que trará de significativo para a vida daquelas pessoas, como sua voz será retratada ou de que maneira pode-se melhorar a auto-percepção do grupo etc.

Há cerca de dois anos e seis meses que tenho feito observações com os usuários de um albergue para população adulta de rua, no entanto, para fins deste trabalho será efetuado um recorte que vai de março a novembro de 2012. Para um bom observador é louvável a capacidade de filtrar a gravidade de situações que para os aqueles que não estejam concentrados tornaram-se assaz banais e tirar conclusões dali; situações que surpreendem, incomodam e deixam impressões desconcertantes sobre o modo de vida dessas pessoas e que acompanham ao longo dia pessoas que não estejam aptas sequer ao desprendimento como ao engajamento.

É compreensível que nem todos se sintam afetados por aquele cotidiano onde regras formais prevalecem sobre o bom senso, apesar de não ser aceitável para um antropólogo qualquer generalização que se possa fazer a respeito do ser humano sem que, no mínimo, se tenha evidências empíricas para tal. O olhar crítico e também o compromisso ético com as populações atendidas instaura a vontade de engajar-se na luta política dos atores contra as desigualdades. Torna-se compreensível a falta de criticidade dos próprios sujeitos um pouco pela necessidade intrínseca de nos adaptarmos a ambientes novos, carregados de signos próprios, e um tanto pelo aborrecimento que a falta de perspectiva de que uma mudança real possa acontecer. Qualquer tentativa de questionamento implica mexer em uma estrutura estática dotada de agentes, organismos, políticas etc. que têm uma ideologia, um ethos, enquanto costumes arraigados em noções etnocêntricas do que é certo ou errado, do que é o normal e o que é desviante, perigoso ou perverso etc.

Ademais, tais noções orientam a alocação de recursos públicos que vão ser a base de políticas voltadas à assistência social, à saúde e até a segurança, porquanto tais categorias, como perigo e perversão, constituem o núcleo da moralidade e a partir delas os discursos médico e legal subtraem sua autoridade (Foucault, 2001).

Por exemplo, quando estamos lidando com alguém perigoso, de imediato pensamos na prisão como uma solução adequada para interromper a ameaça; ora, se o mesmo indivíduo parece estar mais ligado à perversidade, desenvolvendo atitudes insanas, então temos um caso para hospitais psiquiátricos. O que importa nesse momento é o que está por trás desses discursos que legitimam intervenções diretas na

vida em sociedade, como o discurso psiquiátrico em voga no século XVIII e XIX, que segundo Michel Foucault era um discurso marcado pela infantilidade, como explicado a seguir. Os peritos recorriam a fases da socialização primária em que o réu demonstrava comportamento desviante para lhe imputar a condenação, sem considerar as circunstâncias do crime. Era pela análise da vida em desvio que se criava o criminoso, muito antes da ocorrência do crime, como se aquilo estivesse para acontecer a qualquer momento e já não poderia mais ser contido. Portanto, a condenação, que num nível simbólico traz a estigmatização, tinha sua base em explicações pueris, porém revestidas de autoridade médica, a qual se usava do seu capital simbólico para sustentar diagnósticos absurdos, abertamente distantes do que eram os discursos dentro das faculdades de psiquiatria. Essa infantilização estava presente, pois as instâncias médica e judiciária haviam ocupado espaço num campo que vinha de outra parte, possuía outros termos, outras regras internas. Ocultando bem esse caráter “normalizador” sob conceitos técnicos, o ethos médico-legal criava uma enorme força e consolidava-se.

O objetivo da penalização não residia em reparar o dano, ou curar a doença, mas sim em controlar o “anormal”, situá-lo num limbo existencial para melhor vigiá-lo, certificando-se de que ele não “contaminará” ninguém mais com seus defeitos. Os critérios da administração das políticas sociais deixaram de se basear, no transcorrer dos séculos XVII ao XIX, na exclusão dos marginalizados, segregação em comunidades antagônicas e consequente banimento das cidades (como era feito com os leprosos na Idade Média e em algumas cidades no Brasil de hoje). A “exclusão do leproso” deu lugar à “inclusão do doente”. Novos distritos, ruas, instituições foram planejados a fim de manter os anormais sob supervisão, sob quarentena. Já não estamos lidando com o estigma do pestífero, estigma visível, físico, imutável. Atualmente, em locais de monitoramento e higienização os papéis podem ser manipulados, as diferenças entre o normal e o patológico tornaram-se sutis, individualizadas. Transpondo para o caso de pessoas em situação de rua, a anormalidade é caracterizada pela própria situação de vulnerabilidade social, pelo compartilhar de valores afetos à liberdade e à busca do prazer instantâneo. Ao requisitar apoio da rede de assistência social, o “anormal” passa a submeter-se às “tecnologias positivas de poder” (Foucault, 2001:59), que são essas práticas inclusivas: albergagem temporária, internação em centros de reabilitação entre outras. A inclusão no sistema estatal pressupõe uma maneira de observação, quantificação e fabricação de um poder-saber que se perpetua via senso comum e cuja finalidade é corrigir os desvios e transformar o excluído em cidadão.

1.4 O laudo de sanidade psíquica

A discussão acerca da natureza dos discursos médico-legais proposta por Foucault é pertinente para a reflexão sobre as práticas de atendimento no albergue analisado, tão logo verificamos a força desses institutos em se fazerem sentir por diversos setores da sociedade, outorgando concessões a determinadas práticas e cuidados com o corpo e reprimendo outras. Essa esfera do biopoder é acionada em situações de confronto entre indivíduos e poder público, como através da exigência de pré-requisitos para garantir vaga no albergue. Eram necessárias duas coisas, constantes do regimento interno da instituição: um atestado de sanidade psíquica e outro de bons antecedentes criminais.

O primeiro, o atestado de sanidade psíquica, dada a impossibilidade para muitos de adquiri-lo, deixou de ser exigido, bastando uma observação superficial do responsável pela instituição sobre o estado do candidato à vaga, apenas para constatar sinais de embriaguez, critério de exclusão do candidato. O segundo, o atestado de bons antecedentes criminais, apesar de não constar em nenhum artigo do regimento, estaria correlacionado à condição de periculosidade da pessoa, se era foragido da justiça, se estava “em dívida com o sistema”. A falta de atualização destes documentos poderia gerar insegurança entre os funcionários do local, que passaram a proceder à verificação desse status legal via telefone. No entanto, se o sujeito que quer dormir no albergue não portar consigo nenhuma maneira de provar que ele é de fato quem diz ser, não terá direito a usufruir dos serviços até que compareça a uma delegacia mais próxima e registre uma ocorrência de perda ou furto de documentos.

Como se vê, tais práticas ao mesmo tempo em que concedem um “lugar” provisório de acolhimento, também fornecem um “lugar” social ao sujeito que busca esse serviço: o de uma potencial ameaça que tem que ser controlada incessantemente por diversos mecanismos institucionais de regulação. A obrigatoriedade das “provas” de sanidade psíquica e de bons antecedentes criminais manifesta essa preocupação, tornando possível a interpretação que seguiremos ao longo deste trabalho de que as práticas de abrigo para pessoas em situação de rua não são simplesmente mecanismos de assistência social, mas de constituição de determinados sujeitos cujas características são atribuídas institucionalmente. Nos próximos capítulos irei me deter nesses atributos de constituição de sujeitos pela instituição de abrigo estudada, assim como através da política de abrigo do município de Cachoeirinha, tema do capítulo II.

CAPÍTULO II – A política de albergagem no contexto de Cachoeirinha - RS

2.1 A conjuntura antecessora à albergagem

Após os dois governos de Getúlio Vargas, começaram a se realizar transformações profundas no seio da sociedade brasileira, a qual deixou de ser predominantemente rural (em 1935) para na década de 70 se tornar urbana e industrial. No entanto, não demoraram a se sentir as consequências das disparidades oriundas do processo de desenvolvimento nacional. Os ideais de proteção ao trabalhador e assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade começaram a ruir com a vigência de governos de orientação neoliberal no centro da política nacional, trazendo como consequência sucessivos cortes de recursos para a área social. Consequentemente, há uma regressão na cidadania conquistada através da negação de direitos sociais básicos. Ademais, as grandes cidades favoreceram o agrupamento de pessoas em busca de trabalho, as quais acabam não acompanhando a flexibilização e reestruturação do sistema capitalista, sendo compelidas ao mercado de trabalho informal, que expõe homens e mulheres economicamente ativos a perdas sucessivas e fragilização de vínculos sociais (Pizzato, 2012:69).

A contratação via cooperativas de trabalho tem sido uma prática comum no setor de serviços, fato que desonera empregadores de encargos trabalhistas e põe o empregado em situação de risco. Dentre os entrevistados e demais frequentadores do albergue cachoeirinhense mais da metade já havia exercido ou estava exercendo este tipo de trabalho.

O agravamento do processo de exclusão nas cidades em geral forçou o Estado brasileiro, mediante pressão de setores da sociedade civil, ONGs internacionais, bem como de movimentos sociais que se consolidaram durante a abertura política nos anos 80, à tomada da iniciativa em prol da garantia dos direitos constitucionais fundamentais (dentre os quais: direito à habitação, lazer, proteção à dignidade da pessoa humana, alimentação, segurança, entre outros). Direitos estes arrolados na carta constitucional de 1988 e em diversos tratados internacionais dos quais o país é signatário (San José da Costa Rica, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos etc.). Visando à consolidação de tais exigências, políticas públicas voltadas à assistência social como a Política Nacional para Inclusão de Pessoas em Situação de Rua (2009) e a realização de fóruns e encontros com a participação de movimentos sociais (I e II Encontros Nacionais para a População em Situação de Rua, de 2005 e 2009) se fizeram presentes.

São direitos de ordem coletiva e não mais individual, como o é o de propriedade: o único ao qual o Estado moderno nacional efetivamente vinha dedicando sua atenção; direitos próprios da era contemporânea que tem apresentado sucessivas evoluções nas declarações dos direitos dos homens e mulheres face às consequências prejudiciais que o sistema capitalista vem provocando em país em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Conforme o artigo 195 da Constituição Brasileira de 1988, os direitos à saúde, previdência e assistência passaram a figurar sob a égide estatal e puderam ser executados mediante contribuição financeira de toda a sociedade civil, através do recolhimento de impostos de trabalhadores e empregadores, financiamento de entes públicos e receitas de concursos e prognósticos. A nova constituição, conhecida como a constituição cidadã, trouxe um considerável avanço para aqueles em situação de vulnerabilidade social, que mesmo não sendo contribuintes ou segurados, têm seus direitos assistidos (ou deveriam ter se as políticas fossem eficazes), o que possibilita o fortalecimento da cidadania entre tais sujeitos, mediante a compreensão de que estes podem fazer parte da sociedade, ainda que tenham que lutar para isso. Segundo Couto (2006), o texto constitucional foi afirmativo ao apontar a obrigação estatal no atendimento às demandas sociais do povo enquanto conjunto de cidadãos, fato inédito até então no corpo de leis nacionais.

À medida que a redemocratização ganhava espaço, movimentos sociais outrora considerados de pouca mobilização por sua composição heterogênea de indivíduos começaram a adquirir um papel pró-ativo na defesa de seus direitos e instrumentalização de suas cidadanias, tal como o caso dos movimentos de pessoas em situação de rua. Em 2005, foi organizado o Movimento Nacional da População Adulta de Rua, coletivo de resistência e resposta às inúmeras barbáries ocorridas cotidianamente contra seus integrantes (o episódio do massacre da Praça da Sé em 2004 é emblemático desse surgimento). Tal organização foi catalisada a partir de uma articulação com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, o qual por dispor de vivências similares concretos pôde proporcionar a formulação de projetos e parcerias afirmativas em conjunto (Pizzato, 2012:75). Em Porto Alegre, desde 2008 está em atividade o Movimento Aquarela da População de Rua – MAPR que conta com representantes no Conselho Municipal de Assistência Social e integra o Comitê Estadual de Educação e Direitos Humanos. A participação dos maiores interessados nos encontros foi decisiva para a gestação de movimentos combativos à marginalização, visto que os resultados das pesquisas foram devolvidos ao público-alvo, o qual pôde debater sobre as formas de atendimento mais apropriadas junto às equipes da rede de

serviços. No contexto de Cachoeirinha foi realizado em 2012 o II Seminário sobre a Situação de Rua cujo tema era: “*(Re)pensando a realidade da população adulta de rua: limites e possibilidades da rede de atendimento*”. Todavia, a maior dificuldade encontrada foi a de romper com a lógica predominante e trazer as pessoas em situação de rua para dentro do debate, o que certamente imprimiria um novo rumo na maneira de lidar com a questão.

2.2 Novos paradigmas na gestão pública

Os municípios, dado o caráter descentralizador da Nova República, viram-se obrigados a executar políticas públicas de assistência social, educação e saúde em âmbito local, de maneira que muitos recursos foram perdidos pela pressa dos gestores, desqualificação do quadro de pessoal e desvios ilegais de verbas. Seria viável perguntar se dentre os projetos e políticas sociais executados, qual a porcentagem deles que contou com alguma negociação entre a sociedade civil e interessados e se os seus resultados consolidam, de fato, direitos adquiridos na esfera legal.

O desenvolvimento da capacidade técnica e gerencial das administrações públicas e a institucionalização da participação cidadã em processos de tomada de decisão e gestão de políticas públicas são um desafio para o bom desempenho em termos de elaboração e execução de políticas públicas e denotam o quão distante estão as municipalidades de um panorama satisfatório para suas comunidades. A adoção de tais medidas obrigaria um novo arranjo nas regras do jogo entre sociedade civil e Estado. Ao falarmos de Governança Pública, a cidadania transforma-se em instrumento de medição de eficácia e eficiência das ações estatais, as quais neste modelo estão bem mais permeadas pelo contato com a sociedade do que nos moldes atuais de gestão pública praticados no município em questão. Embora inovadora, a Governança Pública ainda alia a ação estatal a paradigmas de produtividade e eficiência próprios à iniciativa privada, o que tende a limitar a participação dos cidadãos a mero instrumento de aferição dessa produtividade, sem encarar com a devida cautela a complexidade das relações sociais afetadas pelas políticas. É imprescindível que os gestores adotem em sua conduta uma ética de compromisso social.

O processo de formação de políticas, segundo a teoria lecionada nas universidades pesquisadas por Licha (2000), deveria ser composto por uma sequência de etapas, sendo requeridos para cada uma delas um conjunto de conhecimentos técnicos e científicos capazes de conceber uma análise minuciosa e sistemática dos

aspectos que as compõem. A interdisciplinaridade é um elemento importante nesse âmbito ao incluir novos paradigmas e questões às práticas já consolidadas e monopolizadas pelo campo do serviço social. A formulação de políticas públicas deve ser vista como um processo ético e político, pois almeja distribuir as oportunidades de maneira equitativa, baseado no compromisso cívico e fortalecimento das comunidades, dirimindo as desigualdades sociais.

Os estudos na área do serviço social têm demonstrado grandes avanços em termos de atendimento qualificado e horizontal, e um dos resultados desses esforços é a Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social, 2004) que conta com os seguintes princípios norteadores:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

O Sistema Único de Assistência Social, por meio de seu Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento às Pessoas em Situação de Rua (2009), contribui no sentido de materializar a conquista de direitos por parte dos cidadãos em situação de rua ao definir o objetivo dos abrigos como sendo o de atender de forma personalizada e qualificada o público em situação de rua de modo a promover a saída das ruas com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia.

O município de Cachoeirinha dispõe apenas do serviço de acolhimento diverso de abrigo que é o albergue, com efeitos equiparáveis aos que De Lucca (2007) mencionou sobre os albergues em São Paulo:

“(...) ao acumular e concentrar, num mesmo e restrito espaço, corpos e subjetividades que possuem em comum apenas sua desposseção, esta instituição [albergue] reforça a desigualdade e a distância social,

alimentando o sentimento de que tais sujeitos ali reunidos pertencem a mundos sociais separados de seu exterior. (De Lucca, 2007:227)”.

2.3 As políticas de proteção

Os albergues fazem parte de um conjunto de equipamentos públicos mantidos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e executados pelos entes federativos, neste caso, os municípios. São tidos como uma alternativa institucional dentro da Política Nacional de Assistência Social. A PNAS é uma política que, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando a seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política é composto pelos cidadãos e grupos que se encontram em situação de risco. Essa diretriz norteia o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema público regulamentado em 2005 que gere, de forma descentralizada e não contributiva, o conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira. O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. A Proteção Social Especial subdivide-se em de média e alta complexidade, nesta última incluso os serviços de acolhimento institucional como os albergues e os abrigos para crianças e adolescentes.

Existem municípios que adotam o modelo de casa de convivência ao invés de albergues, pois estes últimos restringem seu atendimento à noite enquanto os primeiros oferecem abrigo também durante o dia. Nos serviços de média complexidade estão inscritos os CREAS (Centros de Referência Especializados em Assistência Social) organizados por bairros, os Serviços de acolhimento à mulher, criança e indivíduos em situação de violência (SeAMA), o CREPOP (Centro de referência para a população adulta em situação de rua) entre outros. O CREPOP constitui-se no órgão análogo ao albergue que opera no período diurno, oferecendo palestras, serviços de corte de cabelo, banho e retirada de documentos, oficinas de artesanato, curso de garçom, todavia, sem possibilidade de acolhimento, o que só ocorre na parte da noite.

Iniciativas como a oferta de cursos profissionalizantes podem apontar um caminho, ao passo que colocam uma possibilidade válida de reinserção social via mercado de trabalho, demonstrando um exemplo de política pública habilitadora, conceito teórico cuja definição seria:

“ao definir as pessoas que são objeto de seu atendimento como sujeitos possuidores e não deficitários (...) propõe por objetivo o investimento social nesses grupos, oferecendo-lhes oportunidades para melhorar por si mesmos suas condições de vida e transferindo-lhes capacidades para resolverem por si mesmos seus problemas ou necessidades” (Villalobos apud Giorgetti, p.2006).

Mesmo assim, alguns não se sentem atraídos por estas ofertas, por considerarem inúteis quaisquer tentativas de mudar o que são (ou *como estão*), ou por que tais políticas são ineficientes para tanto, o que revela a necessidade de pensarmos a questão com outros olhos. Não estarão alguns dos indivíduos dispostos a continuar vivendo livremente a par do modelo civilizatório, o qual implica determinadas obrigações e constrangimentos que não interessam àqueles que adotaram um modo de vida nômade? A liberdade experienciada na rua não é comparável a dos que vivem “de apartamento”, já acostumados a carregar em seus corpos as marcas da estrutura social, deixando antever pouco do que são suas particularidades individuais. Uma pessoa em situação de rua através de seu corpo demonstra traços de suas vivências, seus carrinhos vêm carregados de imagens, símbolos, sua personalidade fica por vezes exposta à sanção da coletividade, que vivendo em paradoxo condena e finge que não vê quem são aqueles que buscam o “prazer inolvidável” (Lévi-Strauss, 1983:13) Tal fato aponta para outra dimensão exposta por Pizzato (2012:81):

“a política de assistência social trouxe avanços no que se refere à garantia de direitos, mas se na sua materialização não articular a prática social reflexiva para além dos microespaços, numa abordagem crítica, pondo em cheque a sociedade de classes, ela potencializará a lógica do controle e da reprodução do capital” (Pizzato, 2012:81)

2.4 Principais características dos usuários e do equipamento

Nesta parte da pesquisa, foram consultadas fontes disponíveis no Albergue e no Centro de Referência à População Adulta de Rua, setor que centraliza os dados relativos aos atendimentos e encaminhamentos do serviço social. Planilhas, gráficos, registros de ocorrências e históricos de atendimento bem como anotações nas fichas individuais

serviram como fontes de apoio. Foram ouvidos dez usuários, oito homens e duas mulheres, com idades entre 25 e 58 anos. A escolaridade da maioria era do nível primário, tendo apenas um dos rapazes completado o Segundo Grau, atual Ensino Médio. Carregam entre si muitas diferenças e em comum o fato de estarem pernoitando no albergue. Começamos pela história e descrição da instituição para após nos atermos às falas e casos particulares.

Em 2003, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) do município de Cachoeirinha, sito na Região Metropolitana de Porto Alegre, procurou fazer um levantamento da demanda por albergagem dentre moradores de rua, tendo em vista a necessidade de adequação à Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Profissionais da secretaria saíram às ruas para mensurar a quantidade de indivíduos que necessitariam de uma intervenção mais especializada, a fim de garantir-lhes direitos básicos como alimentação, higiene e vestuário. Constatou-se uma presença maior de homens nas ruas, tendo sido destinado um antigo abrigo de menores ao lado da atual sede da Prefeitura para criação da instituição. Inicialmente, eram apenas oito vagas masculinas e duas femininas, este número tendo sido ampliado em dois por quarto com o passar do tempo, totalizando dez e quatro vagas para cada sexo, respectivamente.

O advento de eleições e a mudança no comando da administração fizeram com que as políticas de assistência social estagnassem, mantidas a título de assistencialismo. E sempre ao final de um ano eleitoral quando a prefeitura encontra-se sob ameaça de intervenção por não ter cumprido as diretrizes da Lei da Responsabilidade Fiscal e ter extrapolado seu orçamento na campanha, acaba sobrando para o albergue, que se vê criticado em seu papel e seu público, fica sem recursos e opera com o mínimo de estrutura possível. Reproduzindo o senso comum: os marginalizados “não dão voto”, por não constituírem um todo capaz de se organizar politicamente, ou ainda não terem atingido nesta cidade esse nível, dada a multiplicidade de valores e interesses que carregam e as inúmeras preocupações que marcam seu cotidiano. No entanto, mais adiante veremos que dentro da noção de campo político, Bourdieu (2011) aponta caminhos para a atuação prática de setores sociais marginalizados.

O município em questão caracteriza-se por ser uma cidade-dormitório, que tem um grande deslocamento de trabalhadores para seus postos de trabalho durante o dia e o retorno ao final da tarde, marcado por congestionamentos e ônibus lotados, características de muitas cidades brasileiras. Com população de 119 mil habitantes (Censo IBGE 2010), concentra algumas indústrias, setores de comércio e serviços em crescente expansão, porém esse desenvolvimento não é sentido pela população de baixa

renda, o que força muitos a procurarem melhores oportunidades em Porto Alegre, dentre os quais alguns acabam lá permanecendo por não terem recursos suficientes para arcar com a passagem de ônibus, por encontrarem albergues com lógicas menos seletivas (como a não proibição de estar alcoolizado ou entorpecido) e com mais vagas disponíveis, engrossando o coeficiente de habitantes da rua.

O albergue municipal lembra uma casa humilde, de alvenaria, daquelas que nos recebem ao chegarmos a algum lugar do interior, as quais pelo seu feitio simples têm um quê de hospitalidade, pintada em tom azul celeste já desbotado, em que a ação do tempo contribuiu para reforçar o tom de abandono do local, mas que vem tendo reformas pontuais, feitas muitas vezes sob pressão de funcionários, usuários e órgãos públicos de vigilância, reforçando a necessidade de participação da comunidade na tomada de decisões. Sem nenhuma identificação exterior de que se trata de um albergue, de maneira alguma essa cena inicial nos remontaria a uma típica repartição pública (tendo em vista que não estamos falando de qualquer repartição, mas de um local em que se efetuam relações diferenciadas e onde o espaço é apropriado de maneira singular pelos agentes). E o que corrobora essa visão é o fato de haver a televisão sempre ligada ao fundo da sala principal ditando o monopólio das conversações, com algumas cadeiras dispostas à sua volta para aqueles em busca de um entretenimento fugaz; tudo isso realçando uma tênue familiaridade dentro desse âmbito que carrega a dicotomia público/privado, uma vez que limitado pelo número de vagas e por certas restrições de acesso a áreas internas (permissão apenas com o acompanhamento de algum funcionário do local) ainda pode ser sentido pelas pessoas como sua casa.

Existem dois quartos, separados por sexo, o masculino sendo mais amplo e com mais que o dobro de vagas, quase sempre lotado, sendo que o dormitório feminino, menor, ocasionalmente é ocupado por algumas mulheres, na maioria em situação de violência doméstica, de abandono por familiares ou mesmo por vontade própria. As deficiências estruturais sobressaem ao passo que se dispõe de apenas um chuveiro para banho e um vaso sanitário para todos os albergados, o que gera alguns constrangimentos, principalmente pela manhã, quando todos desejam usá-lo ao mesmo tempo.

Para chegar até o albergue é preciso que o portão de acesso esteja aberto, mas também que já se aproximem as dezenove horas, pois há um estacionamento da prefeitura entre o portão que dá acesso à rua e a pequena e frágil porta do albergue, e como existem carros na área a permanência dos usuários foi vetada pela guarda municipal até que cheguem os responsáveis pela instituição. Após a abertura do portão

metálico, todos “descem a lomba”, já que há um desnível entre a rua e a área que corresponde ao albergue. Subir e descer a lomba são expressões que adquiriram um caráter êmico por revelar um sentimento de pertencimento ou não ao espaço. Quando a pessoa está autorizada a pernoitar, mas não consegue esquecer a rua, ela decididamente avisa: “*vou subir a lomba e me largar embora daqui*”. Muitas vezes, a abstinência não resiste às tentações do corpo e da mente e a Olaria vira o destino primordial.

Com um nome bem sugestivo, visto que olarias são fábricas de tijolos, a vila Olaria é famosa por abrigar a principal boca de fumo e pedra da cidade, daí a associação quando se diz que alguém vai buscar uma quantidade grande de crack ou maconha, diz-se “*que foi lá na Olaria buscar um tijolo para fumar*”. Todavia, quando “descem a lomba” há a confirmação de que irão sujeitar-se às regras do albergue e permanecerão na casa até a manhã seguinte. Após a descida, os usuários acomodam-se nos bancos ou na grama defronte ao albergue até que alguém venha lhes chamar pelo nome e checar se estão atendidas as condições para o ingresso. Dentre tais condições estão o fato de terem recebido prazo determinado pela assistente social, não terem causado nenhuma espécie de briga ou ofendido alguém dentro do espaço e, além disso, não podem ter faltado dentro do prazo um dia sem avisar a algum representante da instituição.

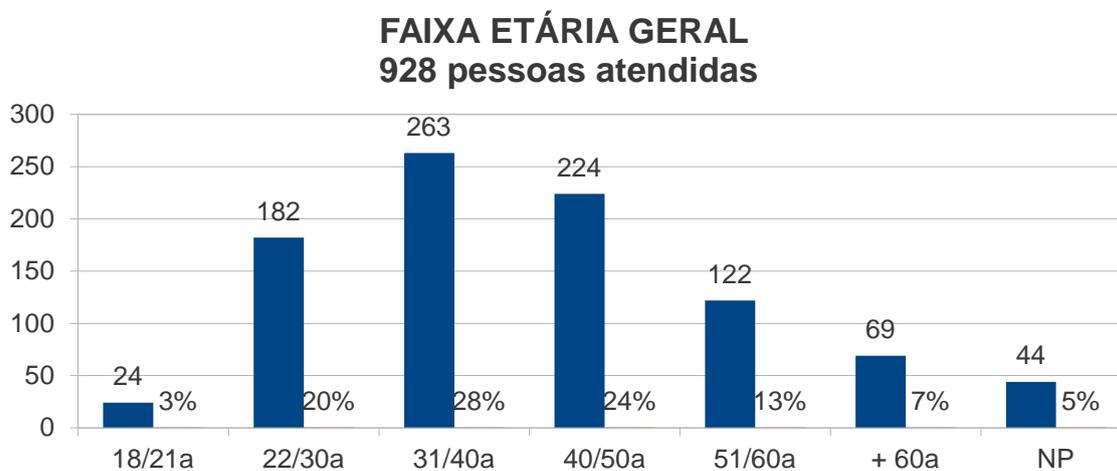
Ao adentrar na casa, caso seja a primeira vez ali ou caso esteja voltando após um período fora, a pessoa recebe as roupas de uso exclusivo do albergue e recebe orientação quanto às proibições e deveres dentro espaço. Na porta dos dormitórios está colada a seguinte frase: “*Nos quartos apenas usuário e pijama*”. Ou seja, todos os seus pertences devem ser colocados em um armário e devolvidos pela manhã. Afixada no armário de roupas outra advertência: “*Código Penal Brasileiro. Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa*”. Logo recebem uma toalha de banho, e de banho tomado assinam o livro de presença e são convidados a jantar na cozinha que fica na posição oposta à sala, separada desta pelo quarto masculino e por um pequeno corredor com cômodas, armários, máquinas de lavar roupa e uma máquina de secar muito antiga e estragada que parece uma máquina do tempo segundo alguns informantes.

Imagem nº 1 - Croqui do AMC



A seguir são apresentados gráficos e quadros que demonstram os dados produzidos na instituição sobre os atendimentos e peculiaridades dos atendidos ao longo do período de existência (2003 até o ano de 2011, último ano a ser sistematizado) do espaço.

Gráfico 1

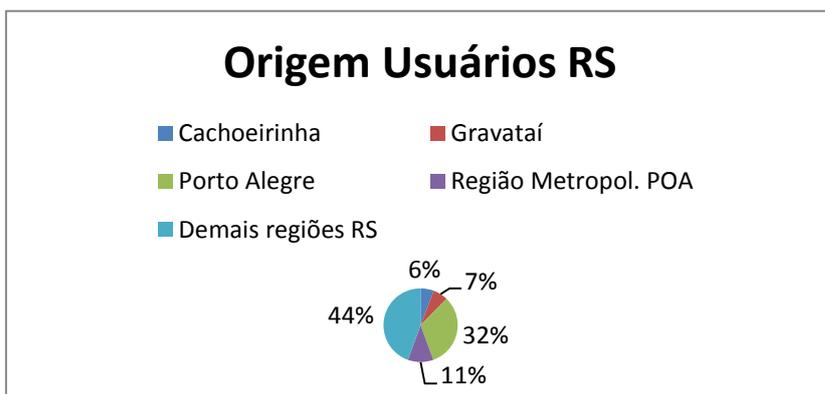


Fonte: dados primários obtidos junto ao CREPop, referentes ao período 2003-2011.

O gráfico nº 1 revela uma preponderância de indivíduos atendidos na faixa etária de 31 a 40 anos (28% do total), com pouca margem de diferença, no entanto, para aqueles entre 40 e 50 anos (24%); mesma diferença de 4% que se mantém estável em relação a outro segmento que compreende dos 22 aos 30 anos (20%). Ao compararmos estes dados com os do Cadastro dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre de 2011 vemos que as concentrações por faixas etárias são similares, apenas registrando-se um maior número de jovens (12%) em situação de rua na capital do estado. Nas demais

faixas etárias, no cadastro da FASC (2011) que contou com o apoio da UFRGS, os percentuais são de 30,7% (25 aos 34 anos), 22,2% (35 a 44 anos) e 23,5% (45 a 59 anos). O percentual de pessoas com mais de 60 anos em Porto Alegre duplicou em relação a 2008 e agora atinge 7,5%, número similar ao registrado em Cachoeirinha (7%).

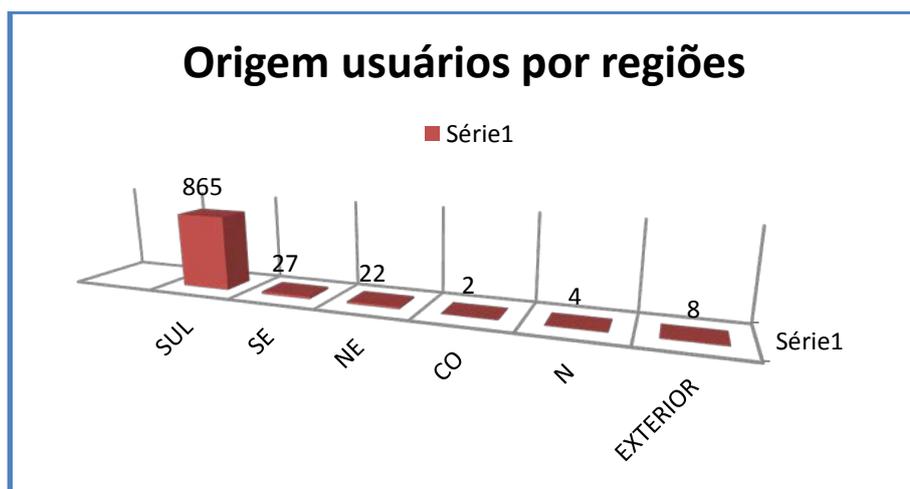
Gráfico nº 2 Origem dos usuários do Albergue Municipal de Cachoeirinha nascidos no Rio Grande do Sul



Fonte: Gilmar Izidro, CREPop.

Ainda que a proposta inicial no momento da implantação do albergue tenha sido o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social no município de Cachoeirinha, o quantitativo maior de pessoas não é da referida cidade, como mostra o gráfico nº 2, em que o município de Porto Alegre aponta o maior número de pessoas em situação de rua atendidas em números totais.

Gráfico nº 3 Origem dos usuários do AMC por regiões do país



Fonte: Izidro.

Neste quadro observamos uma fraca tendência migratória interestadual, o que pode ser explicado pela perda de posições do estado gaúcho no ranking da economia brasileira, figurando Santa Catarina como o estado com o maior número de pessoas atendidas.

Quadro nº1- Principais motivos apontados pelos albergados quando questionados sobre quais fatores que condicionaram o processo de rualização :

	MOTIVOS OBSERVADOS NUM GERAIS	MOTIVOS OBSERVADOS PERCENTUAIS
1- Crack	176	19%
2- Álcool	183	20%
3- Desemprego	77	8%
4- Problemas familiares	123	13%
5- Saúde Mental	69	7%
6- Saúde Clínica	24	3%
7- Transitório	157	17%
8- Não Preenchido	119	13%
TOTAL GERAL	928	100%

Fonte: Gilmar Izidro, CREPop.

Os dados do quadro nº 1 foram colhidos nas entrevistas iniciais em que é feita a triagem para ingresso na instituição. Neste caso as perguntas eram de livre resposta, tendo sido posteriormente agrupadas por categorias.

Ao serem questionados sobre o principal motivo que os levaram às ruas, notamos que em números totais as drogas como álcool e crack aparecem em primeiro lugar, no entanto, muitos dos que responderam que a opção 4, quando questionados em profundidade deixam sobressair que as drogas acabaram acelerando o processo de

desvinculação familiar.

Durante o processo de pesquisa algumas dessas entrevistas iniciais foram por mim conduzidas, como a feita com Adriana que comenta sobre os motivos de ida às ruas:

“Fui para a rua quando tinha oito anos de idade, porque me neguei a me prostituir pra sustentar minha tia, até que ela começou a me bater, então resolvi sair de casa e andei nesse mundão aí até achar meu marido. Agora espero que a gente possa alugar uma peça já que o neném tá vindo né.” (Adriana, 28 anos, grávida, está acompanhado do marido e mais três amigos em situação de rua).

Para ela não havia interesse na manutenção de um vínculo familiar tão degradante, o que motivou sua busca por liberdade nas ruas em contraposição a uma condição social específica, já para Anderson a morte dos pais foi o principal motivo que o abalou emocionalmente:

“Mudou a relação com minha família e em seguida já comecei a experimentar a droga e coisurada e chegou um ponto em que já tinha perdido o controle da minha vida e fazia muita besteira e daí eu fui pra rua, por esses motivos. Perdi minha mãe com sete anos e perdi meu pai com quatorze anos e dali eu já comecei a usar droga, comecei a conhecer esses lugares e conhecer mais o mundo.” (Anderson, 26 anos.)

Temos em Everson outro relato da vivência nas ruas, no qual a palavra liberdade aparece em conjunção com o sofrimento de se estar na rua:

“Por muito tempo passei na rua, desde os meus 12 anos, devido a situações financeiras que ocorreram em casa, um pouco pela pobreza, outro pela falta de estudo e condições. Então, morar na rua pra mim assim, na verdade não era ruim porque eu tinha toda a liberdade de fazer o que eu queria, apesar de ter alguns momentos difíceis, acredito que todos tenham, tanto quem tem casa como que mora na rua. Morei na rua duas vezes porque pela primeira vez consegui me reagrupar, mas não consegui me manter bem, e aí tornei a voltar pra rua devido às drogas e outras coisas que, na verdade, atravessaram meu caminho.” (Everson, 30 anos, Cachoeirinha. Atualmente, mora de aluguel e trabalha numa transportadora de cargas.).

As falas apontam para peculiaridades correlatas às observadas nos dados da pesquisa “Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS” (UFRGS, 20011), na qual nas entrevistas há o destaque para a aventura e a autonomia quando se está nas ruas, mas por outro lado estas noções surgem em oposição a meios opressores (Schuch, Magni, Gehlen, Dickel, 2008:38) (que nesta pesquisa são identificados como a casa da tia exploradora / morte dos pais-descontrole/pobreza no ambiente familiar).

A felicidade tem espaço nos dizeres de Robson e note-se que está ligada à

possibilidade de fixação, contrária a ideia de autonomia, e que implica a disposição para estabelecer vínculos afetivos, como exposto no trecho a seguir:

“Tô tri feliz e nada tira a minha felicidade. Falei com a minha mina hoje, se separou do marido, tá morando com a mãe. Quero juntar os trapos, casar, largar dessa vida, mas ela só quer curtir né fazer o que” (Robson, 25 anos, Porto Alegre)

Visto como usuário-problema por cantarolar e falar gírias, mencionou que não iria se aborrecer com quaisquer atitudes dos funcionários e citou o fato de estar feliz mesmo estando no albergue e usando crack três vezes por semana, o que lhe impossibilitava alugar uma peça com seu salário. Tirando o fato de que se sentia incomodado com algumas pessoas na instituição, estava de bem com a vida e não detinha sobre si qualquer visão estigmatizante.

Quadro nº 2: correlação entre o número de albergados na faixa de etária de 18 a 21 anos e os principais motivos apontados no quadro nº1:

MOTIVOS POR FAIXA ETÁRIA 18 a 21 anos	TOTAL USUÁRIOS	%
1- Crack	9	37%
2- Álcool	0	-
3- Desemprego	2	8%
4- Problemas familiares	7	29%
5- Saúde Mental	0	%
6- Saúde Clínica	0	%
7- Transitório	3	13%
8- NP	3	13%
TOTAL GERAL	24	100,00%

Quadro nº 3: correlação entre o número de albergados na faixa de etária de 51 a 60anos e os principais motivos apontados no quadro nº1:

MOTIVOS POR FAIXA ETÁRIA 51 a 60 anos	TOTAL USUÁRIOS	%
1- Crack	4	3%
2- Álcool	49	40%
3- Desemprego	9	7%
4- FVF	13	11%
5- Saúde Mental	7	6%
6- Saúde Clínica	3	2%
7- Transitório	21	17%
8- NP	16	14%
TOTAL GERAL	122	100,00%

Ao analisarmos os quadros nº 2 e 3, que apontam os motivos diferenciados por faixa etária, há uma singularidade interessante: a predominância do uso de crack entre os mais jovens (18 a 21 anos) e do álcool entre as pessoas de 51 a 60 anos. Muitos jovens nesta fase têm o costume de beber, mas ainda não associam seu hábito a um possível vício, já que o crack tem destaque midiático muito maior em relação a sua nocividade. É comum ver jovens que se refugiam no uso da “pedra” acabarem ingerindo bebidas alcoólicas desproporcionalmente, por se tratarem de drogas mais baratas e que ajudam a manter o “brilho” da cocaína fumada por mais tempo. No entanto, há falta de conscientização quanto aos riscos que o álcool oferece, que parecem mínimos aos olhos do senso comum se comparados ao crack. A fala de jovens que tiveram suas recaídas aponta para uma regularidade comum: a desinibição provocada pelo uso do álcool (que se deu em momentos nos quais os jovens permitiam-se relaxar levemente) desencadeou neles a vontade de fazer o uso do crack, pondo fim a abstinências construídas ao longo de meses.

A história de Kléber traz a marca do alcoolismo e como fazia para sobreviver antes de o levarem para o albergue: *“Eu juntava umas petzinha, umas... umas latinhas, eu tinha carrinho, me roubaram meu carrinho... agora eu não vou pegar mais”* (Kléber, 58 anos, Cachoeira do Sul. Foi atropelado e ficou com sequelas no pé e na mão e aguarda há dois anos para receber a aposentadoria por invalidez. É alcoolista e intercala períodos no albergue e na rua, quando passa semanas a fio bebendo e morando em casebres abandonados ou em vias de serem demolidos. A maior parte da comida que recebe divide com sua cadela de estimação, a Doidinha, por quem nutre um enorme carinho. Apresenta no antebraço uma tatuagem com o nome de sua ex-esposa, falecida há alguns anos, fato que o mesmo evita mencionar, mas que pelas lembranças que traz à tona de quando morava com ela e o que sucedeu após seu óbito deixam antever o quão preponderante foi este evento para sua ida às ruas. Vale ressaltar que tatuagens e cicatrizes são frequentes entre os sujeitos entrevistados, símbolos ligados à memória dos mesmos).

2.5 Sobre os técnicos, educadores e o atendimento

A capacidade de ouvir e de acolher é um pré-requisito essencial para aqueles que trabalham junto desta população, como prevê o Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (2009). Também é importante que os técnicos e educadores tenham consciência de que a metodologia de suas práticas e

atividades deve ser de uma natureza diversa da reinante na sociedade, uma que vez que para construir e exercer a cidadania destes sujeitos é necessário um trabalho de contracultura em relação a valores excludentes (FPPASR-RJ, 2009:14). Através de minha própria observação e participação neste trabalho de atendimento desde Março de 2010 poucas foram as oportunidades oferecidas para qualificação dos profissionais para a escuta e acolhimento, prevalecendo por inúmeras vezes um tratamento discriminatório e autoritário (a ser exemplificado em capítulo posterior), causado muitas vezes pela insegurança no trabalho, descaso dos gestores e falta de sensibilidade dos técnicos perante os conflitos gerados no dia a dia. Conflitos solucionáveis, que demandam um outro olhar dos envolvidos sobre a construção do que é ser uma pessoa em situação de rua para além das categorias estigmatizantes.

Os equipamentos destinados à população em situação de rua, ainda falando no plano ideal proposto pelo Fórum Permanente, devem estar preparados para ofertar experiências qualitativamente diferentes das vivenciadas na rua, contribuindo para a instrumentalização da cidadania dos seus usuários. O foco no protagonismo dos indivíduos e não nas causas de sua exclusão pode fazer com que tais espaços propiciem experiências construtivas, que possibilitem a inclusão social, se esta for desejada. Metodologias inclusivas devem incentivar o respeito ao ritmo e a trajetória de cada um, considerando suas perspectivas e vivências, criando respostas para aspectos que sofreram influencia da exclusão como o mundo familiar, dos valores pessoais, do trabalho e dos direitos (2009:16). Ademais, quando o objetivo é a ressocialização dos sujeitos envolvidos é importante instigar sua colaboração e participação nos fóruns e reuniões de planejamento das políticas e de gestão dos espaços, para que os mesmos possam sentir-se encorajados a buscar soluções e melhorias não só nos albergues, mas fora deles.

No referido albergue, existem duas equipes de monitores que trabalham em noites alternadas, cada uma composta por três e quatro membros, os quais se revezam nas atividades de suporte à entrada e verificação de documentos e prazos, inserção dos dados pessoais nas fichas de abordagem e registros de ocorrência no livro documento, entrega de roupas de cama e de banho e no oferecimento da janta e café da manhã. Há a figura do coordenador que opera durante o dia e parte da noite a fim de atender casos mais complexos e repassar instruções dos serviços diurnos bem como para servir de mediador entre conflitos internos, que vão desde a autorização para repetição da janta e doação de roupas a algum usuário, fatos que não são unanimidade entre as equipes. A comida já vem preparada e distribuída em potes oriundos das Cozinhas Comunitárias,

um projeto da prefeitura que conta com a supervisão de uma nutricionista e atende órgãos de assistência social e cidadania. A limpeza é realizada durante o dia por duas serventes que se revezem, e qualquer atendimento médico-ambulatorial deve ser feito na unidade básica de saúde municipal.

A estrutura de que dispõem os funcionários é precária, só há ventilação caso as janelas estejam abertas, na medida em que o ventilador entrou em curto circuito, o que, no entanto, permite a invasão dos mosquitos, muito comuns devido ao fato de o albergue estar situado rente a uma fazenda. Não há computador, e todos os registros são efetuados em folhas ou cadernos e guardados em pastas por ordem alfabética. É comum que o telefone fique sem funcionar por dias, dada a antiguidade da instalação elétrica, além do que, no decorrer da pesquisa, o café vinha sendo preparado no aparelho de micro-ondas, uma vez que a cafeteira havia quebrado e não existiam verbas disponíveis para a compra da mesma. Essa estrutura aponta uma possível interpretação: a precaridade da situação do abrigo está relacionada com um diagnóstico sobre a população lá atendida. Ou seja, segundo meu entendimento, não é possível dissociar as condições do atendimento com a construção de certo “perfil” dos atendidos, marcados por uma histórica conotação pejorativa, como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III - A Construção Social da Categoria Morador de Rua

3.1 Desenvolvimentos teóricos do conceito

Desconstruir a categoria totalizadora de “morador de rua” é fundamental para que se abram novas perspectivas de interpretação do fenômeno e planejamento de políticas públicas mais eficazes. E existem outras além da de morador de rua, tais como indigente, mendigo, itinerante, andarilho, trecheiro, pessoa em situação de rua. Na maioria das vezes, a conotação com que são usadas pode ser ou não pejorativa. Trata-se apenas de algumas das formas através das quais a literatura nomeia sujeitos cuja condição está permeada pelo contato direto com as ruas e cujas atividades produtivas estão ligadas a elas, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados (Ferreira, 2006), sem referência a uma residência fixa, e cujo fundo de proventos encontra-se total ou amplamente dilapidado, sem que consigam repor tal fundo (Giorgetti, 2006).

Todavia, muitas vezes, os estudos na área têm-se apropriado do senso comum, reificando conceitos sem a devida vigilância epistemológica para a análise de cada caso em separado. Uma das formas de proceder ao estudo científico de determinado grupo reside em recorrermos à tipologização, um processo em que os membros de certo contexto são nomeados e agrupados de acordo com suas semelhanças e contrastes, de maneira que se construa um instrumento analítico para o observador (Snow & Anderson, 1998). Existem algumas formas de tipologias, como as inferidas a partir do conhecimento direto, da experiência, que se baseiam na observação tradicional; também há as mais indiretas, abstraídas, as quais não detêm a mesma familiaridade com o conjunto do que as primeiras; e situando-se entre estas duas estão as tipologias de tipo misto, que se concentram no contexto em que as práticas se desenvolvem e na medida em que ocorrem, ou seja, focam na processualidade do fenômeno (idem 1998:75). Logo, é necessário considerarmos as perspectivas individuais, a auto-identificação da pessoa em situação de rua e os padrões comportamentais desenvolvidos.

Já é consenso nos estudos sobre o tema que quanto o maior tempo de permanência na rua, mais difícil se torna sair dela. No entanto, tais estudos vêm adotando uma lógica de gestão estatal da vida privada, muito cara ao serviço social e às ciências jurídicas, e que não reflete com nitidez as nuances da situação de rua. A começar pela inclusão da dimensão temporal na análise do problema, os indícios obtidos a partir das observações de campo e apoiados em pesquisas recentes (Schuch &

Gehlen, 2012; Silva, 2010) apontam para uma movimentação ativa e instigante (idem 2010:146) promovida pelos tidos como desajustados sociais, na qual o tempo é relativizado e pode ser manejado de acordo com a disposição individual. O tempo, absoluto e tão caro aos teoremas da física clássica, foi no século XX desconstruído por Einstein e visto como algo mutável, dependente da posição do observador. Em meu entender, falta em muitos estudos sobre o tema da situação de rua a problematização da passagem do tempo como uma variável determinante no processo de formação de sujeitos “vulneráveis”, e sob o meu ponto de vista, seria importante buscar novos pontos de diálogo que se mostrem mais abertos aos interesses e às ações políticas dos agentes em movimento nas ruas.

De uma perspectiva mais sociológica, Robert Castel, pautado pela perspectiva do trabalho assalariado, emprega a noção de “sobrantes”, pessoas normais que passaram por um processo de invalidação feito pela conjuntura econômica calcada na competitividade e redução da oferta de empregos, e atesta que são indivíduos que se encontram “atomizados”, excluídos de circuitos onde poderiam ser úteis (Castel, 1997). Zygmunt Bauman analisa diversos aspectos da vida moderna e aponta para a fluidez das relações humanas, que adquiriram este caráter devido às contradições que o sistema moderno de produção expõe a todos os habitantes do planeta. Não há mais espaço para projetos de vida, tamanha a fragmentação a que nosso mundo está submetido, que mesmo que você disponha de um *projet de la vie* bem estruturado não sabemos o que será de nós daqui a um ano ou até mesmo um mês.

Os empregos estáveis são desfrute de poucos, pois “o capital já se tornou a encarnação da flexibilidade. [...] Sem empregos, há pouco espaço para a vida vivida como projeto, para planejamento de longo prazo e esperanças de longo alcance” (Bauman, 1997:49-52). Para Castel (1997, p. 15-48), não se trata de uma crise pontual, mas de um processo de desestabilização da condição salarial. A vulnerabilidade das massas e, de forma mais aguda, a exclusão social de grupos específicos são resultados da desagregação progressiva das proteções ligadas ao mundo do trabalho. Consistem em processos de “desfiliação”, ou da fragilização dos suportes de sociabilidade.

Em alguns autores (Di Flora, 1987) e de um modo geral através da mídia, a categoria mendigo geralmente soa como pejorativa, relacionada a alguém destituído de capacidade de agência, um ser que sofre as influências do meio sem poder dar resposta a elas, num estado anômico (Durkheim, 1966; Parsons, 1937), em que os fatos sociais coagem o indivíduo a agir da maneira prescrita, sob a pena de sanções morais via exclusão e marginalização.

A partir dos anos 60, a predominância da análise marxista intensificou-se no ambiente acadêmico, privilegiando respostas economicistas e macroprocessuais para problemas ligados à desigualdade social. Kowarick (apud Giorgetti, 2006) critica a sociologia dos anos 60-70 ao lembrar que “eram marcadamente estruturalistas” e não consideravam com a devida importância “a formação das classes sociais através de suas experiências cotidianas de luta” embora tenham superado visões dualistas, ressaltando as deformidades do todo, buscando através da evidência e com teorias maduras superar as teses em que o reformismo contrastava com a noção de revolução. A contar da intensificação do trabalho de campo na década de 90, pesquisadores puderam se questionar sobre a importância de se aliar esquemas generalizantes, que permitissem a compreensão do social via relação história e estrutura, com as nuances do cotidiano, em que teorias microssociológicas possibilitassem ao analista observar fenômenos que as lentes do materialismo histórico consideravam como já explicados (Giorgetti, 2006).

Ao tomar a periferia dos grandes centros urbano-industriais como “locais homogêneos, onde se acumulam problemas de forma completa” (Marques apud Giorgetti, 2006) a diversidade do povo que ocupa as ruas é planificada, muitas vezes atribuindo-lhes a alcunha do marxismo de *lumpenproletariado*, tendência que prevaleceu entre muitos sociólogos e pesquisadores de diversas áreas, como atualmente ainda se observa no discurso de alguns trabalhos da área do serviço social.

A não essencialização dos grupos que estão ligados à rua é uma tarefa importante porque pode levar os estudantes do tema a considerarem diversos elementos (como processos sociais peculiares, formas de gestão da vida pública e práticas diversas dos atores) enquanto apontam a constituição dessa população específica (Schuch, 2008). As diferentes maneiras de conceber o tema têm variado de acordo com o enfoque dado conforme vimos acima, e apesar da regularidade com que o fenômeno tem se apresentado aos olhos da sociedade, as unidades que o compõem são visivelmente heterogêneas, devido a sua historicidade e modos de vida específicos.

Os Hospitais Gerais franceses podem ser considerados antecessores diretos dos albergues públicos e demais instituições totais de acolhimento por questões sociais, pois naquele momento (século XVIII) começava uma preocupação com a definição e controle de populações em estado de vulnerabilidade social. A partir daí, novas tecnologias de poder voltaram-se a esses grupos, que passaram de um mero amontoado de pobres e doentes a grupos que necessitavam de uma intervenção mais especializada incluindo noções de educação e atenção aos indivíduos (Foucault, 2001). Novos saberes foram positivados por corpos médico-legais que sistematicamente contribuía para o

remodelamento das lógicas de vida intra-familiares e pela nuclearização e privatização das relações humanas. Aliados a esse novo corpo de saberes e normas, o surgimento de preocupações com a mobilidade urbana, higiene, saneamento, entre outras, todas ligadas à formação das cidades modernas, fizeram com que as ruas restassem quase que exclusivamente destinadas à circulação, cabendo à estadia e permanência nas ruas sintomas de anomalias sociais (Schuch, 2008).

Hoje em dia, a rua é apreendida como um espaço cujas relações de caráter social e simbólico não se limitam a funções utilitaristas como sobreviver, dormir, trabalhar. Há uma maneira singular de construir a existência no espaço público: seja “estando na rua”, seja ficando nela, ou *sendo parte dela*. (Vieira, 2004). Através da instalação, incorporação e apropriação vão se desenhando as marcas nos espaços e nos corpos, que são o resultado desses processos de habitar a rua que não devem reduzidos à incapacidade absoluta ou a falta de oportunidades melhores. Os agentes tem consciência de suas práticas e ainda que alguns dos resultados sejam não-intencionais, muitos sentem-se atraídos pelos perigos e liberdade que as ruas oferecem.

3.2 Estigma e Corporalidade

A questão do estigma surge a partir do momento em que há a expectativa de que indivíduos de uma dada categoria deveriam não só apoiar, mas cumprir determinadas normas. O termo estigma, entre os antigos gregos, designava "sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou de mau acerca do estatuto moral de quem os apresentava" (Goffman, 1963:82). Seguindo a vertente interacionista de Erving Goffman em seu livro intitulado *Estigma* (1963), a manipulação da identidade deteriorada é uma característica geral da sociedade, visível sempre onde houver normas de identidade. Existem níveis de desvio, o que, segundo o autor, deve nos impulsionar a olhar para o comum a fim de compreendê-lo, e não para o destoante, caso queiramos obter respostas satisfatórias para nossas inquietações. Não há entre os dois tipos uma clivagem que possa ser precisada com perfeição, uma vez que os papéis podem ser trocados e manejados de acordo com as diferentes situações e atores sociais. A questão que refere aos grupos minoritários (ainda que a totalidade destes grupos se constitua em uma maioria social) é a da sua posição na estrutura social, ademais as interações face a face e seus desdobramentos devem ser analisados apenas como uma parte do problema, levando-se em conta ainda a história, o desenvolvimento político e as estratégias do grupo.

Muitos já se deram conta em algum momento que para o mínimo exercício da vida social é condição necessária que compartilhemos do mesmo conjunto de expectativas, derivadas de normas já incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem medidas restaurativas, o dano cessa e o prejuízo é reparado seja por agências de controle, seja pelos próprios causadores.

As normas relativas à disposição do próprio corpo, cuidados com higiene e aparência, à busca de estabilidade financeira seguida do estabelecimento territorial são constitutivas da identidade dos indivíduos em nossa sociedade e o fracasso em seguir tais normas tem um efeito direto sobre a integridade psicológica dos mesmos. Muitas vezes, o desejo de seguir a norma não é suficiente, pois não há controle direto sobre a condição social do sujeito. Independentemente do comportamento adotado por ambas as partes, haverá, muitas vezes, a sensação de que o outro é capaz de ler significados não intencionais nas nossas ações.

Há aqui uma situação de conformidade interligada ao desvio, ambas submetidas a normas de identidade, o que nos leva a crer que normais e estigmatizados desempenham suas funções dentro do mesmo tecido social padrão. Por exemplo: tomemos a categoria elencada por Goffman (1963:140) do desviante-normal. Podemos considerar o papel desse sujeito que tendo sentimentos e opiniões anormais, manifesta interesse em escondê-los dos demais e tenha as mesmas preocupações que estes. Como a passagem de normal a estigmatizado ocorre de maneira abrupta, é difícil imaginar como eles sobrevivem a esta mudança tão drástica. No entanto, estamos tratando de um novo posicionamento dentro de um mesmo quadro referencial de valores, de um mesmo ethos (Bourdieu, 2003). Ou seja, a sociedade se deposita nos sujeitos de maneira a estruturar seus modos de ser, agir e pensar, mas cada um responde aos estímulos e constrangimentos sociais de maneira diferente, conforme suas capacidades cognitivas adquiridas ao longo de suas trajetórias. O mais doloroso para o sujeito recém-estigmatizado é que ele já conhece suficientemente bem sua nova posição na estrutura social, e ciente das novas possibilidades de ação e de posse do treinamento-padrão exposto socialmente, o sujeito em situação de rua passa a adquirir certa experiência na manipulação do estigma e pode, em certas situações, desempenhar os dois papéis, os quais não mantêm entre si uma relação de antagonismo, mas de complementaridade.

O processo de desvinculação é mais gradual do que os relatos podem sugerir, ao passo que é acompanhado pelo aprendizado de “técnicas de viração”, que correspondem a uma nova forma de sobreviver ocupando o espaço urbano. Dos primeiros problemas até a chegada às ruas ocorre uma sequência de experiências comparável a uma “história

das perdas”, como sugere Escorel (1999). Estas histórias são narradas de forma não-linear, pois há uma seleção subconsciente de determinados fatos-chave do passado em detrimento de outros, a qual é elaborada a partir de uma necessidade de legitimação que permeia o discurso do narrador frente a seu interlocutor. Estas narrativas se constituem numa fonte de dados, útil para que possamos observar como se dá a apreensão dos momentos de ressignificação identitária pelas pessoas em situação de rua. Em minha pesquisa de campo colhi a seguinte narrativa:

“Já fui presidente de vila. Líder comunitário, presidente da associação como eles chamam. Conheço os vereador tudo, metia uma pressão neles na época pra construir nossas vilas. Daí ocupamo um terreno que era particular mas que os documentos tavam na mão da prefeitura, [...] então a gente resolveu levar todas famílias pra lá e montar nossa vila. Era uma área dentre três ou quatro terrenos maiores e esse pedaço de terra tava sob a guarda do governo municipal, então minha rotina diária era ir atrás dos vereadores fazer pressão pra eles nos apoiarem, com material, tijolo, cimento, tudo que desse, assim eles tavam garantido pra próxima eleição, porque só na nossa vila ali eles já iam ter muito voto garantido. (silêncio que antecede uma constatação negativa) Mas aí é que começou minha desgraça, andava no meio dos grandão, na vila era respeitado sabe? Todo mundo me conhecia, já não parava mais em casa, saía com os amigo, na beberagem, deixava mulher e filha em casa sozinhas e virava noites e noites bebendo, até que caí né” (Luis Carlos, 43 anos, Cachoeirinha)

A narrativa revela o processo de caída na rua, uma sucessão de eventos em que o poder esteve presente inicialmente, mas que o afastaram de sua família e culminaram na separação do casal. Sua reorientação no eixo social foi do status mais alto na comunidade até não conseguir mais frequentá-la por vergonha de sua condição.

A justificativa para a ação do grupo é calcada na percepção de que ocupar não é invadir, ou seja, a propriedade que não está atendendo a uma função social deve ser destinada àqueles que dela necessitarem, portanto, a ocupação de um terreno particular não configuraria uma ação criminosa. A tomada de fôlego que antecede a constatação negativa que mudou o rumo de sua vida demonstra uma hesitação do narrador em precisar exatamente o momento que sua vida tomou contornos inesperados, e dessa forma seleciona aqueles fatores que julga os mais pertinentes para analisar sua situação atual.

Há uma percepção firme de que o estado atual das coisas tende a mudar, e que progressivamente o entrevistado irá concretizar seu projeto de vida, o qual fora interrompido diante de uma sucessão de eventos inesperados. No final do trecho analisado, o autor destaca suas vivências e aprendizados que obteve no período em que dormira na rua, logo após sua saída de casa, e que contribuíram para mudanças de

comportamento, pois a situação inicial de empoderamento já não existe e o interlocutor se encontra em estado vulnerável frente aos demais, tendo que tirar o máximo proveito das oportunidades surgidas no decorrer da experiência.

O momento de transição de status, ou, nos termos de Goffman: o novo alinhamento no antigo conjunto de valores pode ser permanente em todo caso em que o agente não aceite que “mora na rua”, em que há rejeição do novo status e a consciência de que se pode ser alguém em situação de rua sem parecer um criminoso frente aos demais. A negação da alcunha de mendigo por parte de quem está na rua é crucial para se entender os processos de re-significação pessoal. Dentro da nova condição, a história das perdas vai dando lugar a uma “história de ganhos”, em que a adaptação ao estilo nômade é sentida nas suas falas, que apontam para a construção de novas amizades e de laços com instituições que oferecem assistência. Neste âmbito, enquanto as redes institucionais vão sendo conhecidas, a urbe vai sendo domesticada e a intensidade do fluxo de movimento fica restrita a áreas já reconhecidas. Esse fluxo apresenta um padrão específico de tipo pendular, no qual se tem um ponto central de onde se vai e volta repetidamente ao passo que novos recursos são almejados.

Ao observar o funcionamento, por exemplo, do albergue municipal de Cachoeirinha, nota-se que os papéis são desempenhados de maneira análoga a exposta por Goffman: cada uma das partes ciente de que está sendo observada pela outra e de que não é plenamente aceita. Principalmente quando situamos nosso argumento no nível de estigma dentro do qual se é regularmente advertido sobre sua própria condição humana, seu deslocamento é restringido, e códigos de conduta estão explicitamente colocados. Não raro o protocolo é quebrado por uma das partes, o que gera tensão e incerteza, como explicitado no trecho a seguir obtido durante o trabalho de campo:

“O usuário Charles, ao ser comunicado que não poderia tomar banho e jantar, pois não tinha direito a vaga por não demonstrar interesse em se ajudar a sair de sua situação, agrediu verbalmente os funcionários de plantão e além disso, ameaçou atear fogo no AMC. Foi preciso a presença da guarda municipal para que o mesmo saísse do pátio.” (Livro documento de registros do AMC. 27/04/2012, p. 54)

O contato entre ambas as partes é evitado, cada uma destas se mantendo com seus “iguais”, ao passo que contribuem para certo ajustamento, a fim de manter a realidade social em movimento, seguindo as assimetrias sociais pré-estabelecidas. O estigmatizado pode estabelecer representações de si mesmo perante os demais de diversas formas, sendo comum aquela mais precária, em atitudes de passividade, com o sujeito se sentindo inferior, resignando-se em situações vexatórias. No entanto, a

agressividade é um ponto nevrálgico para a auto-defesa e rejeição da hetero-depreciação e pode ser desencadeada quando a segurança pessoal está em jogo, bem como a própria imagem do papel “normal”.

O indivíduo alcoolista pode desempenhar os dois papéis – normal e desviante – ocultando do conhecimento alheio qual a natureza do seu desvio. No entanto, ao se defrontar com instituições normativas, o papel de sóbrio – composição de sua identidade social virtual – pode ruir e ceder a cena para sua identidade social real, pois esta foge do seu controle e capacidade de manipulação, além de carregar seu estigma, seu fracasso em corresponder às expectativas sociais. A esta ressignificação o sujeito pode se mostrar indiferente, acreditando que os outros é que não estão dentro dos seus parâmetros de normalidade e isolando-se do convívio social.

O morador de rua que frequenta instituições de assistência social, diferentemente daquele que não o faz, demonstra interesse em manipular a deterioração identitária a ele atribuída, optando diversas vezes pela adequação a determinadas regras a se ver defrontado com a rua, na medida em que esta passa a ser apreendida como um não-lugar: (Augé, 1994) um espaço incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade, que sirva apenas como espaço de transição e com o qual não criamos qualquer tipo de relação.

“Campos de refugiados, campos de trânsito, grandes espaços antes concebidos para a promoção do mundo operário e tornados insensivelmente o espaço residual onde se encontram os sem abrigo e sem emprego de origens diversas: por toda a parte espaços inqualificáveis, em termos de lugar, acolhem, em princípio provisoriamente, aqueles que as necessidades do emprego, do desemprego, da miséria, da guerra ou da intolerância constroem à expatriação à urbanização do pobre ou ao encarceramento. O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança.” (Marc Augé, in *Le Sens des Autres*, 1994, pgs 169)

Porquanto seja uma análise centrada na psique individual, a nível da psicologia social de Goffman aplicada a um manicômio, esta torna-se uma forma de encarar o problema de maneira complementar, a que é apresentada por autoras como Magni (2006) e Frangella (2010) que vêm na ligação com o espaço urbano a relação mais marcante e constitutiva dos moradores de rua, fundamental para a compreensão do fenômeno.

3.3 Corpos Que “Erram”

O nomadismo transforma-se numa filosofia de vida e incute métodos alternativos de ver e pensar o mundo, já que nem todo morador de rua adota o estilo de vida nômade, mas o nômade é visto como um morador de rua, por sua dedicação à vida em movimento, sua paixão pela alma encantadora das ruas, nos dizeres de João do Rio (1908).

A representação do “trecheiro” é ilustrativa do fenômeno de migração contínua, a qual nos estudos de Frangella (2009) e Brognoli (1999) trata-se de uma categoria êmica que associava o intenso deslocamento à identificação própria de trabalhador, e opunha-se aos trecheiros modernos, ligados ao crime e à malandragem, que vinham tirar o lugar dos antigos moradores na rua ao aproveitarem-se dos “mocós” (pequenos esconderijos presentes em viadutos, edificações e vielas que serviam para repouso) para facilitar suas práticas ilegais, e dessa forma contribuindo para a inutilização de tais espaços, que acabavam tornando-se perigosos. Diferentemente da conjuntura de Cachoeirinha, onde a categoria do trecheiro está esvaziada da noção de trabalhador, visto que a percepção dos albergados sobre o ser trecheiro passa pela idéia de viver na estrada, sem preocupações, num estilo aventureiro e marcado pela sorte.

Em minhas inserções no campo, pude apreender outras classificações empregadas pelos próprios sujeitos que operam suas vidas nas ruas. “Pardal”, “andarilho”, além de “trecheiro” foram uma multivalência que as palavras possuem para os diferentes espíritos. A todos que possuem moradia fixa ou encontram-se de certa forma integrados à sociedade por compartilharem e ativarem seus valores dominantes parece-lhes que o morador de rua constitui um personagem homogêneo, fazendo parte de um *continuum* onde a desordem é predominante. Não seria um equívoco de análise se tomássemos todos aqueles que compartilham do sistema simbólico dominante e acham-se integrados a ele de diversas formas como iguais entre si, seguidores e atentos às regras de conduta e leis sociais, como formadores de um grupo social coeso, em oposição à aparente desunião dos que vivem na rua? O fato é que como a realidade nos mostra, existem diferentes tipologias para sujeitos em situação de rua, e albergues públicos não tendem a concentrar mendigos ou loucos de todo gênero, como muitos podem pensar, até porque, mesmo neste espaço onde o acolhimento deveria ser a palavra de ordem, existem limites que afastam os amantes da rua, aqueles não tendentes a aceitar e sofrer com as tecnologias de poder.

Um dos principais erros de formulação de políticas públicas é tratar quem está/vive/circula na rua como parte de um mesmo público, destinado mais cedo ou mais tarde, a ser reinserido (ou colocado pela primeira vez) no tecido social. Tal reinserção estaria caracterizada pela admissão no mercado de trabalho e assunção de responsabilidades civis características das sociedades ocidentais, orientadas pelo sistema capitalista fortemente inscrito na noção de família e de Estado. Há aqueles, a exemplo dos andarilhos, que rejeitam a vida sedentária e constituição de uma família, mas conservam valores que não se espera de alguém que viva dessa forma, como não se apropriar do que não é seu, o gosto por conhecer novos lugares e novas pessoas, o respeito ao próximo, aos animais e à natureza. Vejamos o depoimento recolhido durante a minha pesquisa de campo:

“Pra dormir eu já tenho uma maneira: eu carrego meus pertences, carrego uma coberta, uma lona, porque assim como eu fico na cidade eu fico na BR, na verdade eu fico mais tempo na estrada do que na cidade, então como eu te disse *eu sou mais trecheiro do que morador de rua*, então é essa a maneira que eu faço. Alimentação você pede. Tem gente que não pede, eu já peço. Tem gente que já entra no mercado e hum (expressão de desaprovação), eu já peço. Bato numa casa, peço alimentação, *to com fome, estou viajando ou estou chegando*, é essa a maneira que eu uso.” (Jorge, 52 anos, mecânico de profissão, frequenta sazonalmente o albergue intercalando estadias em outras instituições e viagens por outras cidades e regiões, característica dos grupos trecheiros/nômades).

No caso dos “pardais”, como confessado a mim por Carlos, chegado ao albergue no meio do processo de pesquisa em meados de Maio de 2012, há uma suspensão temporária da vida sedentária para um lançamento ao mundo, intencional, onde há “(...) *a capacidade de coordenar as próprias ações com outros e contra outros, de formar projetos coletivos, de persuadir, coagir* (SEWELL, 1992:21)”. Nesta definição reside a agência, (que se reflete na possibilidade de desejar, agir criativamente, sonhar, cultivar o prazer exarcebado etc.) um constructo para além das práticas de rotina, que forma com estas um continuum sem traços nitidamente formados de distinção e que compõem muito da caracterização da humanidade em geral. A habilidade em ativar diferentes estruturas de poder e saber que irão acarretar novas agências é uma condição para a existência nômade, de pardais a trecheiros, já que ao observarmos seus modos de existência, vislumbramos o quão intencionais são seus atos e os fins almejados.

CAPÍTULO IV – Agência e estigma: diferentes formas de abordagem do fenômeno

4.1 Agências possíveis para além da exclusão social

A relação do espaço urbano com seus ocupantes tem povoado a mente de muitos pesquisadores. A estratégia para executar a análise dessa relação possui algumas variações de ordem teórica, mas metodologicamente concentram-se quase nos mesmos instrumentos de pesquisa, tais como estudo de trajetórias, estudos de caso, observação participante, história oral, entrevistas semi-estruturadas, registros fotográficos entre outros. A regularidade observada nestes estudos reside no fato de que muitos deles em algum momento tocam em um assunto central para se apreender o mundo social daqueles que sobrevivem na e da rua: o uso e disposição do próprio corpo. É pelo estudo da corporalidade que as trajetórias podem ser melhor apreendidas, porquanto é o corpo o último reduto de defesa dos sujeitos, seu suporte essencial, que propulsiona o movimento contínuo da busca por recursos, soluções; o corpo é a casa da qual nenhum morador de rua pode ser expulso.

No entanto, é notável a prevalência que alguns autores dão à causalidade estrutural em relação aos atores e, pelo contrário, como a preocupação humanista em retomar o sujeito como o centro das atenções tem sido presença constante nos últimos artigos sobre o tema. Como advertem os Comaroff (apud Ortner, 2006:48) existem dois problemas centrais envolvendo a excessiva preocupação com a agência nos escritos etnográficos. O primeiro é que a agência pode voltar ao etnocentrismo, corroborando o pensamento ocidental de que com força de vontade os indivíduos podem triunfar sobre o meio e de que todos os elementos componentes da estrutura social são nada menos que o resultado de ações e intenções individuais. O segundo ponto e mais importante, é o de que a agência pode simplificar a historicidade das relações culturais. Ao enfatizarmos a motivação humana, nos esquecemos de todos os processos anteriores e paralelos que propiciaram aquela realização individual, ou seja, o que denominam de “pulsar das forças coletivas” (2006:49). Ademais, os resultados não intencionais dos desejos e motivações dos atores podem ser negligenciados ao focalizarmos exclusivamente naquilo que era a vontade dos atores em determinada circunstância. O que existem são relações complexas e dinâmicas entre as práticas pessoais e as

estruturas sócio-culturais, as últimas podendo por vezes serem transformadas pelo poder inscrito na noção de agencia.

4.2 “O Paulista”

A descontinuidade entre o ponto de vista institucional e o das pessoas que procuram o albergue para ter um lugar mais seguro e confortável para dormir me vem à mente ao expor o caso de um usuário deste albergue, que se mostrou muito receptivo às entrevistas, contando casos de sua vida mesmo quando não era provocado. Meu primeiro contato com este informante foi logo em minha chegada ao albergue em Março de 2010, à época estava preparando a elaboração de um laudo antropológico e resolvi iniciar meu trabalho investigativo. Conhecido como Paulista por todos, ele seguidamente se apresentava alcoolizado para pernoitar, e tendo em vista que pelas regras da casa não é permitido a ninguém entrar embriagado, este usuário “pegava a BR” (expressão local), ou seja, saía à procura de um local sob a proteção de alguma marquise para cochilar. Afinal, “*Na rua cê não dorme né irmão, cê cochila*” segundo o próprio Paulista. Eis que segundo as práticas da instituição, a vaga de alguém está condicionada à assiduidade, a estar procurando um emprego, em vias de receber seu primeiro salário ou estar frequentando reuniões para dependentes químicos, cujo objetivo último é a ida para fazendas terapêuticas.

O “Paulista” não se enquadrava em nenhuma destas categorias, perambulava pelas ruas durante o dia, realizava serviços de pintura e vigia de carros esporadicamente, mas sua vaga (desde que não estivesse bêbado) estava garantida, o que gerava um descontentamento por parte dos outros candidatos ao pernoite, que porventura perderiam sua vaga para alguém que segundo eles mesmos, “ficava o dia inteiro na cachaça”, “não trabalhava”, etc. Como a decisão sobre quem tem direito a ficar é do serviço social do albergue, este entendia que era necessário dar uma chance a este cidadão.

Um caso análogo me parece ser o do índio bêbado relatado por Clifford Geertz (2001), que se valia do serviço de hemodiálise de um hospital estadunidense sem demonstrar qualquer interesse em parar de beber, o que agravava seu estado de saúde, causando revolta nos médicos e demais envolvidos na questão, que entendiam que aquele sujeito deveria abrir mão de seu direito para quem de fato “merecia”.

Em minhas conversas com o Paulista, pude perceber que este sequer considerava a possibilidade de deixar de beber, o que para ele era algo muito prazeroso, e que se

tivesse que dormir na rua em virtude de sua embriaguez, respondia prontamente “*Deus é um só, né irmão, Deus é um só*”.

O *gap cultural* entre as representações da sociedade que encaram o alcoolismo como um vício pérfido (mas que nos bombardeia diariamente com propagandas sedutoras de bebidas alcoólicas) e o ponto de vista deste cidadão, que não via problema algum em se proporcionar um prazer tão difundido entre nós é um sintoma da necessidade que temos de sempre almejar a busca do Outrem, um ponto de vista consensual entre pontos de vista contrastantes. Como sugere Márcio Goldman (2008), é preciso desestabilizar nosso modo de pensar pelo discurso e prática dos “nossos nativos”. Conectar forças minoritárias em nós mesmos, repensando nossas representações acerca de outros modos de vida, no caso, este modo peculiar de viver “à mercê das ruas”. O desfecho do “caso do paulista bêbado” foi que sua família em São Paulo fora contatada e veio buscá-lo, levando certo tempo até encontrá-lo nas ruas adjacentes ao albergue de Cachoeirinha, pelo qual se mantinha vinculado por ser reconhecido um direito seu de ter uma vaga para se alimentar, fazer suas necessidades básicas e dormir.

Ao avaliar as transcrições dos diálogos com os demais albergados, pude perceber um ponto em comum nos discursos: a insegurança sentida no espaço público (a rua) e a ansiedade que toma conta de muitos toda vez que é chegado o horário de abertura do albergue, pois nos próximos instantes o futuro da noite será decidido, se fica ou se vai; e voltar para o “trecho”, principalmente em dias frios, é algo extremamente penoso e um tanto insalubre, sobretudo para os de idade já avançada e que se encontram apenas com a roupa do corpo como proteção. Nesses momentos, o próprio corpo torna-se sua morada, seu lar; a corporalidade do morador de rua passa por um processo de resignificação, em que o proteger-se é crucial até que a chegada do sol ponha em movimento novamente a cidade e uma falsa sensação de segurança possa ser percebida pela presença maciça de automóveis e pedestres, o que retiraria o peso da solidão ao longo de uma noite “na laje”, na calçada.

Eis um relato de um cidadão que veio a procura do albergue na companhia de sua esposa grávida e conta como foi sua experiência após ter sido despejado de uma peça por falta de pagamento:

“Esse tempo que passei na rua aprendi que o “trecheiro” (expressão comum para designar quem está no trecho, os moradores de rua) que é trecheiro nunca mostra os dentes, tá sempre ligado, sempre esperto. Pra te roubar, te fazer mal

tem quinhentos. Por isso não durmo de noite, só de dia, tem que ficar atento, senão perigo te tocarem fogo como fizeram com o índio lá em Brasília. Foi nesse tempo dormindo na “pedra” (na calçada), pegando chuva, frio, e coisurada que me atacou esse tosse, to até desconfiado que é tuberculose, essa semana tenho que ir no médico ver isso aí. Mas na rua só passa fome se é vagabundo ou coisa e tal. Nessa Cachoeirinha te dão pão, tudo. Lá em Porto tu não ganha nada, te acham um monstro se tu pede alguma coisa, até um copo d’água te negam, te põe segurança em cima, ficam falando: “Circulando pessoal, circulando”. Bá não agüentei ficar lá, me deu agonia, já tava vesgo de fome, larguei a pé de volta pra cá, mal chego já vejo um senhor com um prato de comida botando no lixo, quando fui pedir ele já tinha misturado com o resto, aí não dava mais, mas se tiver que comer do lixo eu como, quando tu vê que tá na sacolinha, fechadinho, eu como mesmo, só não se tiver misturado com outras coisas, ou estragado coisa do tipo. Esse mesmo senhor tomo vários xingão da mulher dele, ‘tu botando fora a comida e os outros precisando!’, aí ele subiu lá no apartamento dele e me trouxe uns pão, tri gente fina o tio. Já é a diferença daqui pra Porto Alegre, as pessoas daqui te cumprimentam, te dão bom dia, cidade grande não tem isso aí, é uma loucura, correria, te matam por causa de um cigarro, eu não quero saber de voltar pra Porto, tô fora.”

As conversas tiveram que ser interrompidas, pois o narrador não retornou mais ao albergue para pernoitar, o que demonstra uma característica desse grupo social que é a fluidez, a mobilidade urbana, o que torna estudos longitudinais mais difíceis de serem aplicados, pois falta continuidade nas observações dos sujeitos.

Enquanto representante do poder público, não posso deixar de aplicar o método etnográfico à minha própria relação com os albergados, que chamo de uma “participação observante” (Wacquant, 2002), posto que inúmeras vezes me coube a difícil tarefa de negar pouso a alguém por falta de vagas ou por que tal pessoa não se encontrava sóbria. Por entender a gravidade de uma doença como o alcoolismo, não compreendo como negar pouso a um alcoolista possa ser uma norma racional, mas é fato que para os que não se encontram alcoolizados torna-se um problema uma pessoa que esteja embriagada conviver no mesmo ambiente. Isso fica claro quando temos nesse espaço pessoas que estão tentando largar o vício e que acabam enfrentando diretamente seu problema, sem um acompanhamento especializado. Através do constante diálogo com estes cidadãos percebo que todos anseiam pela mesma coisa: um lar, que traduz uma segurança e um mínimo de conforto ao final de um dia de trabalho, e uma companhia para que se estabeleça com alguém uma relação de confiança e reciprocidade.

Muitas situações problemáticas, envolvendo traições em família, sócios que fraudavam negócios, constituem as trajetórias dos que se encontram pelas ruas. Os diversos infortúnios e suas histórias de desfiliação apresentam como ponto de partida o momento em que o ciclo do dom não foi completo, estando ausente a retribuição dos afins e familiares pelo empenho dedicado, ou a inversão do processo, no qual os familiares e amigos esgotam suas tentativas de ajuda mútua e interrompem a circulação da dádiva por não reconhecerem a perspectiva de retribuição imediata.

4.3 Sarate

Quando chegara de novo àquele lugar que para ele representava o fundo do poço, e a imperativa necessidade de tomar uma atitude face à rotina que incessantemente o procurava para que a possuísse, Sarate foi visto como um espião, um infiltrado, alguém disposto a colher informações para algum órgão secreto da prefeitura e delatar todos aqueles que andassem fora da linha. A poesia tomou conta do seu ser durante toda sua vida, e ele buscava no teatro o que lhe faltava na vida: compreensão. Aos 17 anos, renegou o judaísmo, rompendo laços com sua família e com as expectativas que sobre ele eram lançadas. Foi morar com uma mulher oito anos mais velha, a qual, dizia ele, representava a doçura e a força do gênero feminino, este sim, seu único vício: amar demais as mulheres. Inesperado, era do que lhe chamavam. Sua energia contagiava a todos a sua volta, afinal sem uma única palavra poderia tecer grandes amizades ou arquitetar rivalidades mortais, dado era seu ímpeto pela imprevisibilidade, pela fuga à rotina.

Quando decidira cursar Artes Cênicas, já recebia os primeiros sinais de rejeição de seus familiares. O teatro não era visto com bons olhos por sua família, que esperava que ele seguisse os passos de seus antepassados e se engajasse nos negócios da família. Mas como todo bom notívago, acordar cedo não era seu forte, “meu café de manhã é junto dos boêmios, poetas, bêbados e loucos”, afirmava, e seguia citando Goethe me olhando nos olhos: “nada é mais difícil de suportar do que uma sucessão de dias belos”. A sucessão de dias belos em seu casamento com dois filhos fez com que pedisse o divórcio e saísse de casa, rumo ao Rio de Janeiro para trabalhar como produtor cultural e publicitário. Tinha um emprego estável numa boa agência, frequentava as boates mais badaladas da cidade, nas quais uma garrafa de champagne não saía por menos de três mil reais, até que recebeu a notícia de que sua mãe não estava bem de saúde.

A partir desse momento, como em muitas trajetórias de pessoas que estão em situação de rua, teve início sua “história de perdas” (Scorel, 1999), em que os vínculos sociais vão se fragmentando, a estrutura emocional do indivíduo já não é mais a mesma, e este passa consumir seu patrimônio vorazmente, numa tentativa frustrada de suprir a decepção por ter se privado do contato com a figura materna durante sete anos. Em sete dias de reaproximação com sua matriarca, a mesma vem a falecer, justo no momento em que parecia haver o maior entendimento entre ambos, causando-lhe um sentimento de culpa e uma conseqüente depressão profunda. Sua fuga fora recorrer às mulheres, queria possuí-las todas de uma vez, sentia a necessidade de reavivar o contato perdido com a figura feminina. Pedira demissão a contragosto de seus colegas, que tentaram inutilmente demovê-lo de tal pensamento, e ainda tentara obter um empréstimo no banco onde era cliente e amigo do gerente, porém sem sucesso. Sua compulsão pelo sexo e pela boemia o levava a se desfazer de imóveis e carros e aos poucos foi ficando sem nada, até que um dia, sem não ter mais pra onde ir, viu-se obrigado a passar a noite numa cadeira do aeroporto Salgado Filho, que para ele já havia sido um local de tantos prazeres, aventuras, e que agora oferecia apenas um abrigo temporário. Até que na terceira noite, os guardas perguntaram-lhe se esperava algum voo, ao que respondeu que simplesmente não tinha para onde ir, e que não poderiam obrigá-lo a se retirar. Mesmo assim, decidiu procurar os albergues públicos, já que a fome, implacável, falava mais alto.

Em Porto Alegre, na “casinha”, como é conhecido por seus usuários o albergue municipal, teve seus pertences roubados e vivenciou na pele o quão diversa é a forma de acolhimento entre instituições de assistência social. “*Em Cachoeirinha, isso aqui parece um hotel cinco estrelas, claro, se comparado ao de Porto Alegre (risos)*”. Dado o número restrito de vagas e a seletividade quanto à bebida, os conflitos radicalmente são minimizados, tornando-se o lugar ideal para aqueles que buscam “dar um tempo na loucurada”, recompor suas energias perdidas durante viagens longas ou noites sem dormir usando crack e álcool. Em alguns locais filantrópicos conseguiu trabalhar, o que o distraía enquanto aguardava o dinheiro de uma rescisão contratual de seu antigo trabalho como publicitário.

Sua nova imersão no mundo da libertinagem deveu-se a essa quantia que ele recebeu, que segundo ele, foi suficiente para que vivesse durante um ano viajando sem trabalhar. Ao mesmo tempo, reavivou seu contato com as tradições do judaísmo, mas mantendo uma relação distante com seus familiares, os quais ainda o rejeitam. Esteve duas vezes em Israel, visitando sinagogas e portando-se como ortodoxo, com os peiots

longos característicos deste grupo, que segue à risca as orientações da Torá e da Talmud, que são, respectivamente, os cinco primeiros livros da bíblia e uma obra que reúne as discussões dos rabinos sobre os costumes, a ética e as leis judaicas. No entanto, as prescrições ortodoxas sucumbiam face sua compulsão sexual (conforme ele mesmo confidenciara), de modo que se estabelecia um constante paradoxo em si, que o faria seguir viajando até que novamente esgotasse seu fundo de sustento.

É dessa segunda ida ao mundo das ruas que nasceu a ideia de tornar sua história fonte deste trabalho, pois desta vez Sarate está sendo tão antropólogo quanto eu, ao problematizar questões no atendimento, ao escrever desenfreadamente sobre as histórias que ouve na rua, tornando poesia a tragédia, almejando ir além, consciente de que desta vez tem uma missão a realizar em prol das pessoas que estão na rua e que diariamente são vítimas de preconceito e humilhações. Afirma: *“Tenho saudades de um país que ainda não existe no mapa”*. É a primeira vez na história de oito anos na instituição (coincidentemente ele está há oito anos sem ter acesso a sua herança) em que algum albergado abre um processo nas instâncias administrativa e judicial contra um dos funcionários por seu trato desumano. Temos um exemplo vivo de ação intencional com objetivos mais amplos do que apenas deixar as ruas. Sua ação está implicando uma mudança de paradigma no atendimento e afeta todos os usuários, que daqui pra frente irão se deparar com novas regras dentro deste jogo, com resultados ainda desconhecidos na formulação e execução das políticas públicas.

Eis a íntegra de uma carta escrita por ele endereçada à coordenação da instituição e ao setor de protocolo da prefeitura, revelando sua angústia em ser tratado como um marginal, em ser vigiado como alguém perigoso, em ter seu direito à ação cerceado:

Sub-humanos??? Venho através deste texto libertar um grito de socorro

“Na noite de sábado, comuniquei a uma monitora sobre a postura de sua colega, que trata os adultos em situação de rua, que estão sendo albergados no albergue municipal de Cachoeirinha, com discriminação, preconceito e desigualdade. Assim, a monitora referida, ao saber de reclamações sobre sua postura, de incômoda humanidade, serviu o pão do café da manhã frio, que estava na geladeira, e comentou que não iria mais aquecê-lo, porque havia sido feita uma reclamação a respeito de sua postura. Segunda à noite, servia a todos com raiva, jogando-lhes o pote de comida na mesa, sempre com o mesmo tratamento de incômoda humanidade e preconceito. Na manhã seguinte, quando os albergados foram tomar café, mais uma vez o pão foi servido frio, um café amargo, e o mesmo tratamento de discriminação pela nossa condição social. Um dos colegas começou a olhar o pão, eu e outro colega também nos olhamos, tristes, pois essa situação estava gerando um terrível mal-estar, tratados como inferiores, não admitidos com igualdade, por causa de nossa infeliz e difícil situação atual, de adultos em situação de rua.

Eu e mais dois colegas desistimos de tomar o café, foi neste exato momento que a monitora disparou ofensas, generalizando os albergados, com o dedo indicador direito apontando no rosto de um colega meu, esta senhora usou uma linguagem carregada de um preconceito débil... ex: vagabundos, bêbados, inúteis, fracassados.. a mesma disse: trabalho há muitos anos aqui, se quiserem podem ir na defensoria pública, lá é de graça, podem reclamar na secretaria, estou há muito tempo aqui, conheço todos vocês, vão capinar bando... eu não acredito em conto de fadas, eles vão para clínica de recuperação e depois voltam com a maior cara de pau... essa carência que eles tem de serem tratados bem.. vão se tratar”. Além disso, existe uma violência velada, uma tortura invisível, que marca nossa moral e nossa liberdade de expressão, o nosso direito de ser reconhecido e tratado como pessoa. Não se respeita esse direito quando seres humanos sofrem violência de qualquer espécie, sendo tratados com discriminação. Nenhum ser humano deve ser humilhado ou agredido por outro, seja em qualquer esfera do ser.. principalmente por um servidor público, com garantias de seu cargo. O serviço prestado por tais pessoas precisa ser urgentemente avaliado pelos órgãos competentes, pois as mesmas discriminam os sujeitos, executa seu trabalho sem o mínimo de respeito ou dedicação, faz tricô, come, liga a TV em alto som não observando o horário de silêncio, enquanto teria de estar servindo os usuários do albergue. Agem como se em casa estivessem e, nós, os albergados, estamos de acordo com sua ótica, a mendigar um prato de comida, um lugar para encostar nossas cabeças cansadas e confusas! Somos seres humanos ou SUB-HUMANOS? GRAVE É O SOFRIMENTO PSÍQUICO E MORAL!! Não existe o direito de ser pessoa humana e ao direito de ser pessoa, se não se for respeitada em todos os momentos e lugares sua integridade física, psíquica e moral. E não há qualquer justificativa para que umas pessoas sejam mais respeitadas do que outras!!! Acredito que todo ser humano tem o direito de ser tratado com igualdade e respeito. Agradeço aos demais que tornam nossos pernoites menos doloridos.

Por César Sarate e todos aqueles que não tiveram força para denunciar.”

Tive não apenas sua autorização para publicar seu nome, mas também a exigência, já que reivindica a autoria de seus escritos e quer ver a voz de quem está nas ruas amplamente reconhecida por todos, denunciando as condições sociais que fazem a desigualdade perdurar em nossa sociedade. Sua poesia em tom de denúncia carrega um devir situado um passo a frente em relação ao modelo assistencialista arraigado nas práticas institucionais e revela uma “etnografia menor” (Biehl, 2005), na qual a ética no atendimento e o respeito à dignidade humana são centrais. E não fazendo isso por piedade ele o faz, precisa ele, menos ainda por uma identificação; é uma composição de velocidades e de afectos entre indivíduos inteiramente diferentes, uma simbiose, como diriam Deleuze e Guattari (1994).

Esta carta traz uma síntese dos sentimentos de muitas pessoas em situação de rua, que são discriminadas por sua posição inferior no estrato social. Muitos acabam internalizando a violência simbólica que sofrem, mas para outros esta é a violência que mais incomoda, pois reflete nas suas identidades, na auto-estima de cada um, gerando dúvidas e hesitações sobre como proceder para não sofrer ainda mais. Uma simples

reclamação vira o catalisador de uma reação explosiva contra os albergados, como se estes não tivessem qualquer direito de contestar atos que lhe dizem respeito. Entra aí a questão da sub-humanidade, uma vez que o pedido é apenas por um tratamento digno e igualitário, que possa contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades ou que, ao menos, não objetive nulificar uma perspectiva de mudança. Através de seus escritos ele potencializa sua capacidade de resistência à submissão e reitera sua meta atual:

“Tempos difíceis nos lembram o que os bons tempos tendem a nos fazer esquecer: de onde viemos, quem somos e por que estamos aqui. Eis porque tempos difíceis são a melhor época para plantar as sementes de uma felicidade futura.” (Sarate)

Os momentos de dificuldade vividos servem para semear projetos de vida, ações que desmistifiquem a ideia de vulnerabilidade subjacente a todo albergado em situação de rua. Todavia, o esperado das vítimas da opressão econômica é elas não terem voz. Mas neste caso vemos a consciência do agente de seu momento vivido, não se limitando apenas aos aspectos negativos da situação de rua.

Seria necessário inventar novas formas de mobilização e manifestação dos interesses dos sem-teto, dado que sua capacidade de reconhecimento frente ao jogo político institucional é mínima. Na medida em que escritos como esse vêm a público e as pessoas notam que foram elaborados por alguém que dorme em um albergue, são tomadas de surpresa por não vislumbrarem no excluído o papel de protagonista. O reconhecimento por parte da sociedade civil e órgãos como o Ministério Público, o qual atua em defesa de direitos coletivos e individuais indisponíveis (como o direito à vida, à dignidade) faz com que os usuários do albergue, outrora vistos como incapazes de se mobilizar politicamente, adquiram legitimidade em suas reivindicações e obtenham o respeito necessário onde quer que estejam. Seriam, de acordo com Bourdieu (2011:209), “os irresponsáveis”, assim vistos aos olhos de seus pares do campo político (aqui entendido como um microcosmo social disposto segundo suas próprias leis de visão e divisão), os que introduziriam os desfavorecidos na cena política, dando-lhes força, causando desconforto aos olhos dos políticos alheios aos problemas não diretamente relacionados ao seu eleitorado.

O problema está em ampliar o acesso ao “palco” a estes atores que sempre estiveram do lado de fora do teatro. E do modo como o campo político brasileiro está organizado é muito difícil, senão impossível, fazer com que alguém desempoderado a priori tenha espaço para propor um diálogo, ser ouvido ou que seus problemas passem a

figurar na pauta das assembleias municipais. Ainda assim, existem formas alternativas ao modelo institucional que tornam visíveis esses sujeitos em situação de rua, como a ocupação de prédios públicos, a exposição ao ridículo de políticos em frente a suas sedes administrativas, a criação de “casos” que cheguem aos ouvidos da mídia sobre descasos gerados pelo poder público etc. Nada causa mais pânico a um candidato (ainda que esteja no poder, todo político vê-se como um candidato e age como tal) do que ver seu nome estampado nos jornais associado a algo negativo. Ou como no caso da greve do funcionalismo público municipal em que um morador de rua teve acesso ao megafone dos manifestantes e passou a bradar improperios de baixo calão em alto e bom tom defronte à sede da municipalidade.

Utilizando uma das acepções explicitadas por Nascimento (2000:56) do termo exclusão, aquela forma de exclusão, a qual não reconhece sequer o espaço para obtenção de direitos, descrita por Hannah Arendt, vemos durante a realização do trabalho de campo que o direito mais básico constantemente cerceado é o direito a voz daquele que está em situação de rua. Inúmeras vezes o próprio termo morador de rua foi duramente criticado por reforçar uma condição negativa de cidadão, tendente a menosprezar a capacidade de agencia dos indivíduos. *“A rua não tem porta, não tem chave, não tem fechadura para nela se entrar, morar, dela sair. Ninguém pode morar na rua, somos exilados econômicos (César)”*. Partindo da pré-noção de que cometeram algum equívoco grave para se encontrarem dependentes do serviço público, a sociedade limita o direito à expressão do sujeito que ela própria, em sua indiferença à fala e opacidade de seus mecanismos de intervenção, re-exclui.

A construção do mito morador de rua serve unicamente para o essencialismo tendente a naturalizar a desigualdade social, apontando que há uma adaptação do ser humano à vida na rua, que foi feita uma escolha racional por parte do sujeito que agora “reside” no não-lugar (Augé, 1994). Já que temos uma estadia definida não é mais necessária qualquer ajuda e os sujeitos entram nesse processo de emudecimento e fabricação de verdades, no qual a única verdade é aquela top-down, de cima para baixo, que se encaixa nos moldes de reprodução do sistema capitalista. As alternativas institucionais são um regime de verdades, de que pouco se sabe, mas se espera serem bem intencionadas. E tais verdades são nada mais do que um sistema de procedimentos ordenados para a produção, distribuição e operação de enunciados. Ela liga-se a sistemas de poder que a produzem e sustentam e com efeitos de poder que a induzem e mantêm. Mais uma vez, são regimes condicionados à formação e desenvolvimento do capitalismo (Foucault, 2001).

4.4. Os conflitos entre estrutura e anti-estrutura: “normas para os anormais”

Para aqueles que buscam forças para livrar-se do vício das drogas, passar uma noite em repouso e afastado das tentações da rua pode ser o primeiro passo na busca por autonomia face ao problema. No entanto, a especificidade do albergue cachoeirinhense concentra-se além de outras coisas nos diversos regramentos que visam a não permitir a entrada de indivíduos para acolhimento, algo bem diferente dos albergues da capital do estado e dos observados em São Paulo, por exemplo. Aqueles que recebem autorização do serviço social devem comparecer todas as noites de seu prazo a fim de que não percam sua vaga por motivo de falta. Há dois cartazes expostos dentro da instituição que reforçam essa tese: “Aos usuários que faltarem dentro do prazo não será permitida a entrada caso não passem por nova avaliação do serviço social”.

A autoridade, ou melhor, a hegemonia exercida pelo campo do serviço social sobre as pessoas em situação de rua impede que outros saberes, como o antropológico, possam se somar no intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Será reproduzido um trecho constante do livro de registros do albergue, no qual são expressas as tensões e ocorrências diárias que revelam a arbitrariedade no tratamento, feito sem um estudo mais minucioso de cada caso, o que se reputa competência exclusiva da assistente social:

“Fulano de tal , solicitando janta, compareceu ao albergue. Foi-lhe liberada uma refeição, mas devido a suas críticas sobre o trabalho do equipamento, além de não comer, foi mandado embora. Outro usuário, que não dormiu esta noite, veio pela manhã, foi dito que ele não dormiria neste final de semana, pois faltou sem comunicar ao serviço social. Ele ficou nervoso, arrogante e xingou os monitores. A. não compareceu apesar de receber prazo até 02/05, tampouco avisou a coordenação nem aos monitores. Segundo coordenador, ele não está mais autorizado a pernoitar.”

Vistos como cidadãos em negativo, para usarmos a definição de José Murilo de Carvalho (2006), uma categoria de cidadãos que no Brasil historicamente teve acesso apenas a alguns direitos sociais de cunho assistencialista, ficando os direitos civis ao largo de qualquer conhecimento sobre sua utilidade e os direitos políticos restritos ao voto, as pessoas em situação de rua são reduzidas ao seu problema, em detrimento das subjetividades complexas que possuem. A vida diária dessas pessoas, já diria Goffman (1961), já é áspera e pobre. Mas não é nisso que reside o interesse sociológico para nós. Existem diversos exemplos de pessoas que levam uma vida árdua no Brasil, muitas

vezes pior que a dos sujeitos atendidos pelo albergue. O que nos chama a atenção aqui é que o modelo de atendimento empregado nos albergues públicos dá um tom acinzentado e doloroso à situação dos albergados (Goffman, 1961:311). E não é o simples fato de que as instalações ou a comida não sejam equiparáveis às de um hotel cinco estrelas, mas ao primeiro sinal de inconformismo e revolta frente ao atendimento e à infraestrutura do local, toda a trajetória do sujeito até ali parece estar justificada, como se a sua indignação fosse a causa de sua miséria, e o simples fato de estar em uma espécie de exílio econômico lhe retiraria toda a capacidade de interrogação e conscientização. Os que buscam os serviços públicos de assistência social e psiquiátrica, ainda que não tenham consciência disso, acabam por serem conduzidos a uma servidão moral auto-alienadora (Goffman, 1961), que os torna domesticáveis e prontos para a reintegração social, esmagando-os e tornando a vida mais fácil para a maioria de nós. Há a seguir um trecho do livro de registros da instituição que apresenta o descaso no tratamento reproduzindo-se por outros órgãos públicos, no caso da área da saúde:

“Luis foi liberado do Posto de saúde em condições higiênicas lamentáveis, além de estar doente. Percebemos sua barriga inchada durante o banho. Ele está muito magro e não consegue ficar de pé, se move com dificuldade. Ao descer da van que o trouxera, caiu, sofreu um corte no pé que não parava de sangrar. Chamamos a ambulância que chegou duas horas depois. No boletim médico havia uma observação: “sendo indigente, é do albergue”. (Registro datado de 05/09/2012)

A discriminação com aqueles em situação de rua também é interdisciplinar, se estendendo a setores essenciais ao bem-estar individual como o restaurante popular, hospitais, e postos de saúde. Estes dois últimos são os campeões em denúncias telefônicas sobre moradores de rua dormindo em suas dependências, quem segundo os denunciantes provocam desconforto entre aqueles que esperam atendimento. Muitas vezes são sujeitos que se recusam a frequentar o albergue devido a regras como não ter ingerido bebidas alcoólicas ou até mesmo ter que tomar banho, e acabam se valendo dos bancos de espera em hospitais e postos de saúde para pernoitar. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, em outubro de 2012, ao realizar meu campo no Centro de Referência para a População de Adulta de Rua, tive acesso a um ofício assinado pela diretoria do hospital municipal em que se pedia providências junto ao órgão “responsável” pelos “moradores de rua” para que estes fossem retirados o mais breve possível do saguão de entrada do mesmo, já que haviam reclamações por parte da população e funcionários em virtude do mau cheiro e da confusão que a presença destes indivíduos causava. Nota-se que as tentativas de diálogo com os mesmos não resultaram

no esperado, já que colocavam interesses divergentes em cheque, de um lado, a instituição que queria manter-se livre daquela incômoda presença e de outro, os sujeitos que ali vislumbravam a possibilidade de assistir à novela e ao telejornal e se acomodar com relativa tranquilidade em relação a outros pontos das ruas.

“José passou a madrugada tossindo, desconfiamos estar com tuberculose. Lugar de gente doente é no hospital e não num albergue público. Vomitou sangue no chão do quarto masculino, confirmando a hipótese de TUBERCULOSE.” (grafia conforme o registro original de 16/03/2012).

Após constatarem a presença de sangue no chão, houve uma série de constrangimentos ao referido sujeito por sua condição aparente de doente contagioso. Foi reiterado veementemente que procurasse um médico, pois ali não poderia mais ficar. No dia seguinte, após realização de exames e consulta médica, não foram encontrados indícios de tuberculose, e o sangue encontrado havia sido provocado pelo excesso de tosse, a qual devia sua causa a uma inflamação na garganta.

Outro texto do livro de registro do abrigo expõe facetas dessas tensões em torno do atendimento institucional:

“Compareceu um casal solicitando pernoite, no entanto não puderam ficar porque só havia vaga para a mulher que não quis pernoitar e deixar seu marido na rua. A vaga masculina estava destinada a um indivíduo “veterano” no albergue. Segundo testemunhas, V. roubou o tênis de Carlos, este sujeito não pode ficar recebendo prazos! Qual a responsabilidade do serviço social? Alimentar a marginalidade?” (Plantão 18/04/2012).

Percebemos neste trecho que após o fato ocorrido há uma generalização por parte do funcionário com relação aos indivíduos que recebem prazos em excesso e não se desvinculam do albergue, tornando-se “veteranos”. Sua condição de pessoa em situação de rua é alçada a de marginal, já que houve um furto, o estopim necessário para reafirmar a potencialidade criminosa dos que estão na rua.

Vejamos outro trecho do livro de registro institucional:

“B. e C. compareceram ao albergue e foram convidados a irem embora. Um deles insultou o funcionário e reclamou do serviço social dizendo que vai na PORCARIA do Crepop (Centro de referência para população adulta de rua) toda a semana, mas mesmo assim não obtinha o direito de ficar no albergue. O outro sentiu-se rejeitado: ‘isso aqui é órgão da prefeitura’. Usuário D. acredita que: ‘no final de semana a gente tem que tomar umas a mais’. Tinha em mãos 275 reais que contou na mesa do refeitório”. (Plantão 24/04/2012).

Tais relatos constam em um livro documento que serve para registro das ocorrências e atendimentos da instituição. No entanto, em alguns trechos são expostas

opiniões pessoais sobre a conduta dos indivíduos, em que parece estar sendo questionada sua legitimidade, o que é flagrante no trato pessoal e que não vai para as anotações finais. As observações sobre a conduta dos próprios funcionários também não são registradas por parte dos usuários, que muitas vezes não tem a força para denunciar tratamentos desrespeitosos ou não dispõem de uma cidadania instrumentalizada e ativa para buscarem o reconhecimento de seus direitos. Nesse contexto, mais do que modificar uma situação social (de rua), o albergue parece trabalhar para a consolidação de um sujeito marginal.

CONCLUSÕES

O que procurei demonstrar nesta pesquisa, no primeiro momento, foi a criação do morador de rua pela percepção do desvio, sujeito a quem é imputada um estigma e que deve ser recolhido a espaços como os albergues. Habitar locais públicos, permanecer debaixo de abas particulares, pedir esmolas, não se vestir adequadamente, enfim, são diversos atributos que compõem a identidade desviante. Instituições sociais totais servem mais ao controle do “anormal” (Foucault, 2001) do que ao entendimento de sua complexidade enquanto ser humano que opta por um estilo de vida autônomo. Retirando das ruas, temporariamente, possíveis causadores de problemas, o Estado evita críticas dos demais cidadãos e joga a responsabilidade naqueles que estão em situação de rua. Ao ser incluído em programas de ajuda, o sujeito submete-se às “tecnologias positivas de poder” (Foucault 2001:59), quais sejam: abrigagem temporária, internação em clínicas terapêuticas, acompanhamento psicológico etc. Dentro dessa ótica espera-se internalizar naquele indivíduo padrões compatíveis com a vida em sociedade, de modo a transformá-lo de excluído a possível mão de obra. Fica claro que a principal meta é dar trabalho àqueles desocupados que transitam e se apropriam dos excedentes que a urbanização oferece. Estar incluído no conceito de economicamente ativo é o que Castel (1997) classificaria como pertencimento a uma zona de integração, em que a desfiliação é nula devido à existência de trabalho estável e conseqüentemente, relações fortes.

O modelo do resgate do papel do Estado intervindo na sociedade por meio de políticas públicas nas áreas social e econômica teve início com a crise capitalista norte-americana de 1929 e se expandiu para países que nunca haviam realizado amplas reformas sociais, como no caso do Brasil. Esse choque causou uma revolução no país, em que houve apenas troca de oligarquias no comando central, mas que ocasionou a adoção de um modelo de Estado de bem-estar social forte e paternalista. O novo arranjo institucional não teve a capacidade de enfrentar sozinho o acirramento das desigualdades sociais e a expansão desordenada das cidades, fatores que contribuíram para a exclusão de certos segmentos populacionais, que ao não disporem de residência fixa e vínculos familiares sólidos passaram a ser chamados de pessoas em situação de rua. Décadas mais tarde, com a adoção de um novo modelo constitucional, um dos caminhos encontrados foi o da descentralização na execução das políticas, o que elevou os municípios ao patamar de gestores dos recursos federais. No entanto, podemos questionar se tal objetivo foi plenamente alcançado, uma vez que além da inexistência

de pessoal especializado em projetos sociais, não foram previstas medidas de auditoria eficazes que combatessem a corrupção tão enraizada entre representantes da classe política.

A institucionalização da participação cidadã e o desenvolvimento da capacidade técnica e gerencial das administrações continuam sendo um desafio para nossa sociedade se quisermos que nossas políticas de combate à miséria e à desigualdade tenham um bom resultado. A cidadania, expressada em sua forma mais bruta nos atos de revolta e nas reclamações dos usuários dos serviços públicos, deve ser instrumento de medida da eficácia das ações estatais. Onde não há participação e consulta popular, não há que se falar em cidadãos vivendo numa democracia. Quando a tensão é explícita e as reclamações tornam-se rotineiras, é porque a cidadania ainda não está plenamente institucionalizada e falta aos operadores dos serviços o bom senso necessário para não incorrer em atitudes discriminatórias, que reificam o estigma da vulnerabilidade. Contudo, por mais que se insista em impor uma ditadura dos bons costumes, ela está deslocada da realidade das pessoas em situação de rua, e os sujeitos acabam por encontrar um grande vazio em regras de comportamento típicas de instituições totais, tornando a viver de maneira autônoma e independente das convenções sociais. De forma a trazer os albergues para junto das pessoas num sentido transformador é necessário que se apliquem os princípios básicos da humanização, participação, intersetorialidade, integralidade, equidade e principalmente, propostas contra culturais de assimilação das regras do jogo. Enquanto nossa cultura pregar valores excludentes e individualistas, devemos passar ideais comunitários e baseados no bom senso.

As evidências que os gráficos e as entrevistas nos mostram permitem inferir que é tênue a relação entre a gestão do espaço no cotidiano e a consideração destes dados para sua execução. Uma vez que indivíduos com trajetórias e ritmos diversos são homogeneizados sob um mesmo estigma, é impossível prever um plano de intervenção focado em suas especificidades, restando às políticas de albergagem um caráter assistencialista e paliativo. A cada momento em que deixam entrever suas personalidades e suas histórias vemos o quão ricas elas são, mas que por não se enquadrarem no status quo figuram como histórias (de) marginais, componentes de uma literatura menor (Biehl, 2005), a qual cabe ao antropólogo interpretar. Como observamos nos registros oficiais do albergue de Cachoeirinha, o foco do trabalho está nas características desviantes, que “justificam” a exclusão, à ausência de atributos positivos, desconsiderados aí o protagonismo destes sujeitos e sua busca por condições melhores de existência, figurando a rua como alternativa e não como imposição.

Não é à toa que em tais espaços institucionais que não evoluíram no reconhecimento dos direitos de seus usuários a estigmatização esteja presente nas práticas de atendimento, e a proposta de inclusão desconsidere a complexidade do processo de realização e o protagonismo de cada indivíduo, traços constitutivos das ditas “tecnologias positivas de poder” foucaultianas, nas quais se enquadram os albergues e manicômios.

Conforme apresentado na introdução, buscamos expor as tensões entre albergados e representantes da máquina estatal, considerando as trajetórias e a historicidade das pessoas em situação de rua - ou os exilados econômicos como foi sugerido por um dos colaboradores desta pesquisa -. Vimos que a partir destes conflitos, novas práticas foram substituindo e transformando modos de pensar construídos socialmente, que eram tidos como naturais. O principal motor desta mudança foi a resistência por parte dos atores, pré-concebidos como unidades de um sistema estruturalista, ou vítimas de uma sociedade excludente, os quais vislumbraram que outro mundo é possível através do questionamento e pressão intensa.

Vimos que através de uma carta escrita com forte apelo emocional endereçada à administração do albergue, a situação tomou um rumo inesperado, pois até então as reclamações eram verbais e possuíam pequeno alcance. Com a impressão no papel tem-se o registro da memória para sempre, ao passo que os opressores sentem-se surpreendidos por aquela súbita mudança na ordem dos papéis. Quem estava acostumado a escrever eram os funcionários sobre os albergados, pois eles detinham os meios e a legitimidade para tal. Entretanto, pela primeira vez tiveram a sensação de se verem descritos em um pedaço de papel, situação que lhes causara desconforto. E o texto viajou por inúmeros lugares, inclusive para instâncias legais como o Ministério Público, o que trouxe o reconhecimento para um usuário de que sua luta era legítima.

A partir dessa tomada de consciência dos atores foi possível ver explicitamente o quão pouco se instiga a população adulta de rua a transformar seus modos de vida, acontecendo justamente o contrário: um espaço que era para ser acolhedor transformava-se em opressor por não saber relativizar valores culturais divergentes. Por isso é necessário estarmos atentos a que tipo de discursos subjazem os conceitos de pessoas vulneráveis ou excluídas, pois toda vez que os usamos a tendência é subestimar a capacidade de agência de tais sujeitos.

Evitando pensar as pessoas que estão na rua em termos de suas vulnerabilidades, buscamos descobrir quais são suas potencialidades, demonstrando respeito aos problemas que elas nos colocam. O bem-estar dos indivíduos transcende meras questões

sanitárias e a sociedade não deve ser vista como uma instituição hospitalar onde, em troca do zelo por sua saúde, o indivíduo deve submeter-se a severas restrições à sua liberdade pessoal (Macrae, 1998).

Cidadãos que desconhecem o real significado da palavra cidadania, que se expressa no exercício amplo de direitos civis, políticos e sociais. Uma vez desprovidos de posses, acabam por restarem desprovidos de alma perante o próximo. Numa sociedade em que o ter é mais importante do que o ser, novas agências e devires são fundamentais para descolonizar o saber e o poder, devires que venham de baixo, das camadas pobres da população, que conectem forças minoritárias em nós mesmos, que ponham um fim à discriminação.

Em cerca de vinte anos de mobilizações, ainda perduram abordagens essencialistas sobre o assunto, ora preocupadas em viabilizar a retirada dos sujeitos das ruas, ou ainda engajadas em entender o porquê de um comportamento considerado anormal, como se esta simples compreensão pudesse ratificar as coisas, já que se torna aceitável que existam seres em tais condições. Mas o ponto principal seria então aceitá-los como nossos irmãos? Tentar continuamente demover de suas cabeças a ideia de estar na rua e agir como agem? Tais questionamentos vêm à mente daqueles que tomam a rua apenas como um espaço ontológico de exclusão ou como lugar em que predomina a luta pela sobrevivência (Schuch; Gehlen, 2012:12).

Ao lançarmos novas frentes de diálogo com nossos informantes vemos que não existem respostas simples e prontas para seus enredos existenciais. Ainda resta muito estudo exploratório a ser feito, a fim de que possamos conceber melhor o protagonismo destes sujeitos que entendem a rua como um universo simbólico bem como um espaço de troca e vivência. Citando Fonseca “*nossos modelos sempre vão ser uma simplificação grosseira da realidade*” (1999:76), e quando buscamos compreendê-la melhor, mapeamos zonas que não são inertes muito menos homogêneas (idem 76). Por exemplo, a cidade de Porto Alegre é um dos poucos casos de municípios brasileiros que tem se dedicado a conhecer melhor o público que se apropria e se encontra nas ruas e este estudo é o primeiro a tratar do assunto na cidade de Cachoeirinha, sem, no entanto, contar com qualquer espécie de apoio ou iniciativa oficial a não ser pelas contribuições individuais que vieram a se somar ao longo desta trajetória.

O que dificulta ainda mais o processo de mudança na estruturação do atendimento é que no município em questão os movimentos por parte das pessoas em situação de rua partem de ações isoladas e pontuais, a partir de indivíduos que acabam necessitando do serviço e percebem o quão reprodutor do senso comum é um espaço

que deveria ser um ponto de contra cultura, como no caso do albergue. Durante os dois semestres de observação, houve diversos conflitos entre ambas as partes, sem que fossem levadas adiante as queixas em relação ao tratamento dispensado, a não ser pelo caso acima citado da pessoa que dirigiu uma carta formal à administração e que também entrou com uma ação contra um funcionário, ação que se encontrava ainda em andamento até a finalização deste trabalho.

As políticas de albergagem, apesar de, na teoria, objetivarem a reintegração social, na prática não tem surtido o efeito desejado na medida em que não contam com a participação direta dos seus beneficiários. No presente trabalho, observamos uma quase inexistente relação entre a ressocialização ou inserção em uma zona integrada, na qual há fortalecimentos dos vínculos (Castel, 1997), e as políticas situadas na área da assistência social. Isso não significa, entretanto, ausência de efeitos das práticas institucionais. Existem pessoas engajadas crítica e reflexivamente atuando nestes espaços, porém tais vozes ainda soam dissonantes. Como tentei mostrar, as práticas institucionais acabam constituindo-se em elementos importantes na constituição de sujeitos marcados pela marginalidade. Não conseguem, entretanto, oprimir de todo a agência e a capacidade reflexiva dos sujeitos atendidos que, a despeito de inúmeras práticas de “sub-humanização” - utilizando-me da expressão de César Sarate - ainda reivindicam um atributo fundamental: sua própria humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, Augusta T.; ALVAREZ, Aparecida M. & DELLA RINA, Silvia C. 2009. "Histórias de vida de moradores de rua: situações de exclusão social e encontros transformadores". In: *Saúde Sociedade*, São Paulo, vol. 18, nº2.
- ARENDT, Hannah. 2001. "A *Condição Humana*". Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- AUGÉ, Marc. 1994. *Le Sens des Autres*. Paris, Fayard.
- BACHELARD, Gaston. 1996. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BIEHL, João. 2005. "A *Vida Cotidiana das Palavras. A História de Catarina*". In: Cadernos da APPOA, nº140, Porto Alegre.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. 2004. Política Nacional de Assistência Social - Brasília.
- BROGNOLI, F. F. (1996). Trecheiros e pardais: uma etnografia de nômades urbanos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BOURDIEU, Pierre. 2003. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- _____. 2011. "O campo político. In: *Dominação e contra-poder. Revista brasileira de ciência política*. Instituto de Ciência Política, Brasília.
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C. e PASSERON, J-C. 1999. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis, Editora Vozes.
- BURSZTYN, Marcel (org.). 2003. *No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro, Garamond.
- CARVALHO, José Murilo de. 1995. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica.
- CASTEL, Robert. 1997. *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação*. Cadernos CRH. Salvador, n.26/27, p. 19-40.
- _____. 1998. *Metarmofoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em 26/10/2012.
- COUTO, B. R.. 2006. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo, Cortez.

- CRESWELL, John W. 2007. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, Artmed.
- DELEUZE, G., & GUATTARI, F. 1994. *What is Philosophy?*, tr. H. Tomlinson & G. Burchell. New York: Columbia University Press.
- DE LUCCA, Daniel. 2007. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação Mestrado. FFLCH, São Paulo.
- DORNELES, Aline Espindola, OBST, Julia & SILVA, Marta B (orgs). 2012. *A Rua em Movimento: debates a cerca da situação da população adulta de rua na cidade de Porto Alegre*. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte.
- DO RIO, JOÃO. 1952. *A Alma encantadora das ruas*. Simões, Rio de Janeiro.
- ESCOREL, Sarah. 2006. *Vidas ao léu: Trajetórias de exclusão social*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.
- DURKHEIM, Émile. 1966. *Suicide: a study in sociology*. File Press. Londres.
- FRANGELLA, Simone M. 2009. *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, FAPESP.
- FONSECA, Cláudia. 1998. *Quando cada caso não é um caso*. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu.
- FOOTE WHYTE. 2005. *Sociedade de esquina*. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, Michel. 2001. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo, Martins Fontes.
- GEERTZ, Clifford. 2001. “O uso da diversidade” In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p. 68-85.
- GIORGETTI, Camila. 2006. *Moradores de rua: uma questão social?*
- GOFFMAN, Erving. 1969. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*.
- _____.1961. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- GOLDMAN, Márcio. 2003. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 46, nº2.
- KEMMIS, S.;WILKINSON, M. 1998. Participatory action research and the study of practice. In: B. Atweb, S. Kemmis and P. Weeks (Eds). *Action Research in Practice. Partnerships for social justice in education*, London: Routledge.
- LABORS/UFRGS/FASC. *Cadastro e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre. 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1983. *O Olhar Distanciado*. Lisboa, Edições 70.

- LICHA, Isabel. 1999. *El enfoque de gerencia social*. INDES.
- LOFLAND, John e LOFLAND, Lyn H.. 1984. *Analyzing social settings: A guide to qualitative observation and analysis*. Wadsworth Pub. Co. (Belmont, Calif.)
- MACHADO, Simone A. 2012. “O processo de rualização e o sistema único de assistência social/Suas: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial”. Diss. (Mestrado em Serviço Social) - PUCRS, Fac. de Serviço Social.
- MACRAE, E. 1998. *Abuso de drogas: problema pessoal ou social?* Salvador, Editora da UfBA.
- MAGNI, Cláudia T. 2006. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- Ministério do Desenvolvimento Social. 2008. *Política para inclusão da população adulta de rua*. Brasília.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. 2004. *Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica/SUAS*. Brasília.
- MUÑOZ, José V. (org). 2009. *Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Nova Pesquisa Ed.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. 2000. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- ORTNER, Sherry. 2006. “Poder e Projetos: reflexões sobre a agência”. In: GROSSI, Miriam Pillar, ECKERT, Cornelia e FRY, Peter (Orgs). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 45-80.
- _____. 2007. “Subjetividade e crítica cultural”. *Horizontes Antropológicos*, jul./dez. 2007, vol.13, no.28, p.375-405.
- PARSONS, Talcott. 1937. *The Structure of Social Action*. New York. 2nd ed.
- PEREIRA, Potyara A. P. 1994. *Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências*. Brasília: NEPPOS/CEAM/UnB.
- PIZZATO, Rejane M. S. 2012. “A trajetória do protagonismo dos grupos e movimentos da população em situação de rua”. In: *A Rua em Movimento: debates a cerca da situação da população adulta de rua na cidade de Porto Alegre*. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte.
- RAPPAPORT, Joanne. 2003. *Más allá de la escritura: La epistemología de la etnografía en colaboración*. Bogotá: Revista Colombiana de Antropología, v. 43, pp. 197-229.

- SCHUCH, Patrice et alli. 2008. “População em Situação de Rua: conceitos e perspectivas fundamentais” & “População adulta em situação de rua em Porto Alegre: especificidade sócio-antropológicas”. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Simone Ritta e BORBA, Marta (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. POA, Century, p. 13-30.
- SEWELL, William F. 1992. “A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation”. *The American Journal of Sociology*, Volume 98, Number 1 (Jul., 1992), 1-29.
- SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2009. *Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população e famílias em situação de rua*. Brasília.
- SNOW, David; ANDERSON, Leon. 1998. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes.
- SHORE, Chris. 2010. *La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la formulación de las políticas*. Antípoda nº10.
- WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 294 pp.

ANEXO 1



Imagem 1. Carrinho de coleta em frente ao albergue.



Imagem 2. Entrada. À espera do banho.



Imagem 3. Dormindo sob a “aba”. Barrados no albergue.

Anexo 2 – Regimento Interno do Albergue Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DECRETO Nº 5265, DE 20 DE ABRIL DE 2012.

“Estabelece o Regimento Interno do Albergue Municipal de Cachoeirinha”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, estabelece o **REGIMENTO INTERNO** do Albergue Municipal de Cachoeirinha,

DECRETA

Capítulo I

Das disposições Gerais

Artigo 1º. Fica estabelecido o Regimento Interno do Albergue Municipal de Cachoeirinha, componente da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, que deverá ser seguido por todos os funcionários e usuários do Albergue Municipal.

Capítulo II

Do Público Alvo e de sua Capacidade de Atendimento

Artigo 2º. O público alvo do Albergue Municipal são todos os munícipes, maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, que sejam moradores de rua, ou, estejam em situação de rua, com referência familiar no município ou ainda, itinerantes que estejam em passagem pelo município de Cachoeirinha.

Artigo 3º. O Albergue Municipal, com vistas a desempenhar de forma satisfatória os fins para os quais se destina, tem sua capacidade máxima de atendimento limitada a 14 (quatorze) vagas, sendo que são destinados 10 (dez) vagas para usuários do sexo masculino e 04 (quatro) vagas destinadas à usuárias do sexo feminino.

Capítulo III

Do Ingresso no Albergue Municipal

Seção I

Das exigências Básicas para Ingresso no Albergue Municipal

Artigo 4º. São critérios para ingresso no Albergue Municipal:

I – Existência de vagas;

II - Ter 18 anos ou mais;

III – Se menor, emancipado;

IV – Ser morador de rua e/ou estar em situação de rua com dificuldade sócio econômica, vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos;

V - Apresentar documentos pessoais de identificação ou respectivo Boletim de Ocorrência atestando a perda de documentação;

VI – Não ser foragido da polícia;

VII – Não estar em surto psiquiátrico e/ou apresentar comportamento de risco pessoal a outrem;

VIII – Não estar excessivamente alcoolizado e/ou sob efeito de drogas ilícitas;

IX – Não portar armas de qualquer natureza;

X – O usuário deverá sujeitar-se à revista;

XI – Não será permitido ingresso de animais domésticos;

XII – Todo albergado deverá ser avaliado pelo Serviço Social;

XIII – O albergado deverá conhecer concordar e respeitar as normas internas do Albergue.

§ 1º Na impossibilidade de cumprimento do inciso V, devido ao usuário não ter documentos, nem Boletim de Ocorrência que ateste a perda dos mesmos, deverá o Coordenador ou na ausência deste, o monitor, encaminhar o usuário para a Delegacia de Polícia ou posto da Brigada Militar

a fim de registrar Boletim de Ocorrência de perda dos documentos do albergado.

§ 2º A regra prevista no inc. XII deste artigo, não se aplica para primeira albergagem do usuário, momento em que este será orientado quanto aos procedimentos que deverão ser adotados caso venha a necessitar de novas albergagens.

§ 3º Ocorrendo a primeira albergagem na sexta-feira, e havendo necessidade de continuidade de albergagem durante o final de semana, será autorizado até o próximo dia útil, momento em que o albergado poderá ser avaliado pelo serviço social.

Artigo 5º. São procedimentos necessários a serem adotados pela coordenação e monitores do Albergue Municipal quando do ingresso do albergado:

I – A avaliação da albergagem para pernoite é de responsabilidade do Serviço Social; porém, na ausência de Assistente Social, ficará sob responsabilidade de um dos Monitores que estiverem de plantão, conforme critérios de ingresso pré-estabelecidos, sendo que, ocorrendo dúvida quanto à avaliação, o monitor deverá consultar o Coordenador do Albergue. Na impossibilidade de sanar a dúvida com o Coordenador, deve a decisão ser tomada pela maioria dos Monitores de plantão;

II – Os albergados previamente avaliados pelo serviço social e com prescrição de prazo para permanência no albergue terão ingresso automático, após a revista usual;

III – Os albergados itinerantes e/ou moradores de rua provenientes de outros poderão ser encaminhados para suas cidades de origem, mediante avaliação do Serviço Social do Albergue Municipal;

IV – Não sendo possível a realização da avaliação prevista no inciso anterior no mesmo dia, poderá o usuário pernoitar após avaliação do serviço social até que seja providenciado tal procedimento com o setor competente diurnamente;

V – Será realizada a revista nos albergados e nos objetos que portarem, quando de sua chegada no albergue. Os objetos pessoais serão guardados pelos usuários em armários disponibilizados para tanto,

devidamente cadeado. Referidos objetos deverão ser retirados quando da saída pela manhã; restando vedado o manuseio dos mesmos durante a noite;
VI – Após a revista do albergado será obrigatoriamente encaminhado ao banho, conforme ordem de chegada.

Seção II

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Artigo 6°. São direitos dos usuários do Albergue Municipal:

- I – Os usuários poderão pernoitar pelo prazo necessário conforme avaliação do Serviço Social;
- II – Receber Jantar e café da manhã;
- III – Receber materiais de higiene e roupas para dormir enquanto estiver no Albergue.

Artigo 7°. Serão deveres dos usuários do Albergue Municipal:

- I – Os usuários deverão preservar os bens móveis, imóveis e utensílios do Albergue;
- II – Conservar o quarto e os banheiros em condições adequadas de higiene e organização;
- III – Cumprir os horários estabelecidos;
- IV – Respeitar a equipe de plantão e demais albergados;
- V – Seguir as normas deste regimento interno.

Artigo 8°. São proibições aos usuários:

- I – Provocar ou participar de brigas, agressões verbais ou físicas, discussões e outros conflitos dentro das dependências do Albergue;
- II – Usar qualquer tipo de drogas ilícitas e/ou bebidas alcoólicas, nas dependências do Albergue;
- III – Fumar em áreas internas do Albergue;
- IV – Apropriarem-se de objetos que não lhe pertençam;
- V – Automedicarem-se, quando sem prescrição médica;
- VI – Descumprirem as orientações dadas pela equipe de plantão do Albergue;
- VII – Circular em áreas restritas aos funcionários;
- VIII – Consumir alimentos fora das dependências do refeitório;
- IX – Portar armas de qualquer espécie;
- X – Usar aparelho telefônico do albergue;
- XI – Namorar e/ou qualquer forma de relacionamento íntimo dentro da instituição;
- XII – Deixar de pernoitar no Albergue Municipal de forma injustificada, durante o período indicado pela Assistente Social;
- XIII – Não consumir alimentos que tenham trazido da rua.

Capítulo IV

Do Desligamento do Usuário do Albergue Municipal

Artigo 9°. O desligamento do usuário do Albergue Municipal dar-se-á:

- I – Automaticamente:
 - a) Toda manhã seguinte ao pernoite;
 - b) No término do período indicado pelo Serviço Social;
 - c) Quando o usuário for advertido por ter cometido uma falta grave.
- II – Quando advertido:

- a) Advertência Grave: configuram-se quando o usuário fere os itens: I, II, IV, IX e X do artigo 8º deste Regimento, bem como, desrespeitar a equipe de plantão. Neste caso, o usuário fica impossibilitado de retornar ao Albergue Municipal.
- b) Advertência Média: configuram-se quando o usuário fere o item III do artigo 8º deste Regimento. Neste caso se o albergado for reincidente, fica impossibilitado de retornar ao Albergue.
- c) Advertência Leve: configuram-se quando o usuário fere os itens V, VI, VII, VIII, XI e XII do artigo 8º deste Regimento. Neste caso, o albergado que for advertido levemente, por 03 vezes, fica impossibilitado de retornar ao Albergue.
- d) Casos específicos de usuários com seqüelas neurológicas e/ou mentais serão encaminhados ao serviço social para que faça os encaminhamentos necessários.
- § 1º A advertência será dada pelos monitores de plantão, sendo que deverá ser registrado no caderno de registros e na ficha de abordagem.
- § 2º A alínea “a” só será revogada após análise do ocorrido pela Assistente Social e equipe do plantão que advertiu, com aval da Coordenação de Proteção Social Especial, ou na ausência desta, do Secretário Municipal de Assistência Social.
- § 3º As alíneas, “b” e “c”, só serão revogada e será permitido o reingresso do albergado após avaliação da Assistente Social, com aval da Coordenação de Proteção Social Especial, ou na ausência desta, do Secretário Municipal de Assistência Social.

Capítulo V

Regras Internas de Funcionamento do Albergue Municipal

Artigo 10. Será oferecido ao usuário do Albergue Municipal:

- I – Alimentação – será fornecido ao usuário café da manhã e janta (sob orientação do setor de Nutrição da SMCAS);
- II – Higiene – ao albergado são proporcionados o banho e roupas limpas para dormir, bem como a possibilidade de lavagem de roupas na área destinada para tal;
- III – Vestuário – será oferecido roupas para o pernoite no momento do ingresso e deverá as mesmas ser devolvidas no final dos pernoites;
- IV – Acolhimento – será proporcionado espaço de expressão e escuta de suas ansiedades e dificuldades com orientação, acompanhamento e articulação da rede de atendimento.

Artigo 11. O Albergue Municipal funcionará ininterruptamente, sob os seguintes horários:

- a) Entrada: das 19h15minh às 21h, com exceção quando os usuários forem trazidos pela Brigada Militar, Posto de Saúde 24 horas ou Hospitais;
- b) Rotina: seguirá os seguintes horários:
- Ingresso – 19h15min. às 21h
- Banho – 19h15min. às 21h
- Janta - 20h30 min. às 21h10 min.

Oficinas – 21h10 min. às 22h

Recolher – 22h

Despertar – 6h

Café da Manhã – 6h10min

Saída – a partir das 6h até às 7h.

Parágrafo único. Albergados com prazo deverão chegar até as 19h30min., salvo exceções que deverão ser previamente registradas no caderno de registros.

Artigo 12. São também procedimentos internos:

I – Em situações de urgência e emergência será acionado plantão (Coordenador) do Albergue;

II – Em situações de conflitos e possibilidade de lesão ao patrimônio público será acionada a Guarda Municipal;

III – Em situações de conflitos, que ponham em risco a segurança e integridade da equipe e/ou dos albergados será acionada a Brigada Militar;

IV – Em situações de saúde, será acionada a Unidade Sanitária de Pronto Atendimento 24 horas;

V – Se houver necessidade do funcionário se afastar do trabalho por motivos particulares de urgências ou emergências, deverá ser comunicado

imediatamente a Coordenação do Albergue, não sendo possível contato com a

coordenação, deverá ser feito contato com o Coordenador Geral da SMCAS;

VI – Informações de albergados deverão ser repassadas a Coordenação e a equipe técnica, garantindo a privacidade, respeitando o sigilo,

sendo vedado conversas coletivas e comentários com os demais servidores e albergados;

VII – Não será fornecida nenhuma informação a respeito dos albergados a pessoas estranhas ao serviço;

VIII – Não será permitida a entrada de pessoas estranhas ao serviço nas dependências do Albergue, salvo previamente autorizadas pelo Assistente Social, Coordenação e/ou Secretário Municipal de Assistência Social;

IX – Os funcionários deverão utilizar medidas preventivas, como uso de luvas nos procedimentos com os usuários, tais como: banho, curativos, etc;

X – As atividades ligadas à conservação, higiene e arrumação do espaço e dos objetos pessoais serão desenvolvidas pelos albergados, de acordo com seu nível de interatividade e capacidade física;

XI – As abordagens noturnas aos moradores de rua deverão ser realizadas em escala de trabalho de forma que todos os monitores possam realizar tal procedimento;

XII – Os moradores de rua têm liberdade de decidir se serão albergados ou não. Não é permitido forçá-los, coagi-los ou qualquer forma de constrangimento pessoal ou social;

XIII – Sempre que necessário deverão ser acompanhados pelo monitor que estiver de Plantão a rede de atendimento;

XIV – Os monitores deverão recepcionar acolher e orientar os usuários quanto ao funcionamento do Albergue;

- XV – O monitor que procedeu a abordagem será, preferencialmente, o mesmo que procederá a revista e irá encaminhá-lo ao banho, respeitando o vínculo estabelecido;
- XIV – Os pertences dos usuários serão revistados e identificados pelo monitor bem como, guardados e chaveados no armário;
- XVII – Os usuários serão acompanhados, observados e ajudados, quando necessário, nas tarefas do Albergue (dormitório, refeitório, banheiro {dar banho se necessário});
- XVIII – Os monitores deverão organizar os usuários em fila, quando necessário à ordem, para o fornecimento de materiais e alimentos no refeitório;
- XIX – Os monitores deverão auxiliar na organização do material e dos alimentos a serem fornecidos aos albergados diariamente, auxiliando-os a alimentar-se se necessário;
- XX – Os monitores deverão organizar e distribuir as roupas para os albergados;
- XXI – Os monitores deverão revisar quartos, banheiros e outras dependências mantendo-os em condições de higiene e organização, recolhendo toalhas e lençóis para a lavanderia;
- XXII – A ronda noturna nas dependências do Albergue deverá ser executada de forma silenciosa, porém com observância de possíveis intercorrências, auxiliando os albergados se necessário;
- XXIII – Os monitores deverão despertar os usuários pela manhã com respeito e dignidade;
- XXIV – Da mesma forma deverão entregar os pertences dos usuários, encaminhando-os a saída;
- XXV – É dever da equipe de plantão zelar pela limpeza e organização da instituição, assim como pelo patrimônio, mantendo sob seu controle todo o material;
- XXVI – Os servidores participarão de reuniões, cursos de capacitação e seminários que se fizerem necessários para o bom funcionamento do Albergue;
- XXVII – A equipe de plantão participará de reuniões de planejamento, organização e avaliação do trabalho juntamente com a Coordenação e equipe técnica quando houver necessidade;
- XXVIII – É dever da equipe de plantão atender ao telefone e registrar as denúncias para abordagem, bem como os procedimentos executados a partir de então;
- XXIX – É dever da equipe de plantão registrar diariamente o trabalho executado, ocorrências internas/externas de forma fiel aos fatos ocorridos durante cada plantão;
- XXX – É dever da equipe de plantão mediar situações de conflitos internos, desrespeito na instituição e no ingresso a esta, facilitando a convivência adequada;
- XXXI – Quando na abordagem de rua a novos usuários que não tenham documentos pessoais, a equipe deverá conduzi-lo à Delegacia de Polícia ou Brigada Militar, para providenciar o Boletim de Ocorrência que registre tal perda/roubo;
- XXXII – Quando na abordagem de rua a novos usuários que apresentem suspeita de problemas de saúde, a equipe deverá conduzi-lo à Unidade Sanitária 24 horas para avaliação médica, antes do ingresso na

instituição;

XXXIII – É obrigatório que todos os servidores leiam o caderno de registros ao assumirem o seu plantão.

Capítulo VI

Das Questões Funcionais

Artigo 13. São regras internas que devem ser seguidas pelos monitores e demais servidores do Albergue Municipal, quais sejam:

I – Os servidores não poderão consumir alimentos destinados aos albergados;

II – Os servidores poderão utilizar os móveis e utensílios da cozinha para preparar e/ou aquecer suas refeições, contudo, não deverão consumir alimentos na frente dos albergados;

III – Não é permitido utilizar o telefone para ligações particulares, salvo, emergência que justifique o uso do telefone;

IV – Não é permitido dormir durante os plantões;

V – Não é permitido namorar e/ou qualquer forma de relacionamento íntimo dentro da instituição;

VI – Não é permitido que os funcionários tragam parentes, amigos ou pessoas estranhas ao albergue no horário de funcionamento;

VII – Não estabelecer conversas pessoais (íntimas) com os albergados.

Capítulo VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 14. Quaisquer eventuais dúvidas decorrentes da interpretação do presente Regimento Interno, bem como, ocorrência de quaisquer situações não previstas neste documento, deverão ser esclarecidas,

em ordem hierárquica, junto à Coordenação do Albergue, os monitores contatam a Coordenação do Albergue ou à Coordenação de Proteção Social Especial ou, a Coordenação Geral da SMCAS ou, ao Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social. Na impossibilidade de contatar as pessoas nominadas, os monitores deverão decidir em conjunto, valendo a decisão da maioria, que será obrigatoriamente registrada no caderno de registros e assinada por todos que participaram do processo de decisão.

Luiz Vicente da Cunha Pires

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Gilmar Rodolfo Krebs

Secretário de Governo.